

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO**

LAURA APARECIDA DOS SANTOS GOMES

**TERRITORIALIZAÇÃO OKINAWA - UTINANCHÚ A PARTIR
DO SOBÁ EM CAMPO GRANDE/MS**

**CAMPO GRANDE - MS
2012**

LAURA APARECIDA DOS SANTOS GOMES

**TERRITORIZAÇÃO OKINAWA - UTINANCHÚ A PARTIR
DO SOBÁ EM CAMPO GRANDE/MS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Orientadora: Prof.^ª Dr^ª. Cleonice Alexandre Le Bourlegat

Co-orientador: Prof. Dr. Josemar de Campos Maciel.

CAMPO GRANDE - MS
2012

LAURA APARECIDA DOS SANTOS GOMES

Dissertação submetida à Comissão Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), intitulada **“Territorialização Okinawa - Utinanchu a partir do sobá em Campo Grande-MS”**, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Área de Concentração: Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidades.
Linha de pesquisa: Desenvolvimento Local, Cultura, Identidade, diversidade.

Exame aprovado em: ____ / ____ / 2012.

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Drª. Cleonice Alexandre Le Bourlegat (Orientadora/UCDB)

Prof. Dr. Josemar de Campos Maciel (Co-Orientador/UCDB)

Prof.ª Drª. Arlinda Cantero Dorsa (Membro/UCDB)

Prof.ª Drª. Ana Paula Araújo (Membro/UFMS)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é pensar a territorialização do imigrante japonês, especificamente aquele proveniente da ilha de *Okinawa*, a partir das negociações culturais baseadas na trajetória de apropriação e ressignificação do Sobá em Campo Grande/MS. O sobá é um prato típico da culinária *Okinawa* e Campo Grande é a cidade que contém a maior população originária da ilha de *Okinawa*, depois de São Paulo. Buscou-se compreender a apropriação e incorporação territorial desse prato típico da culinária da ilha de *Okinawa*, dotado de vários significados e tradições. Num âmbito mais geral, o texto foca o enraizamento dos imigrantes de *Okinawa* e seus descendentes pelo trabalho e modo de viver na sociedade. Do ponto de vista metodológico, além de algumas raras fontes bibliográficas, para o presente estudo recorreu-se a relatos, entrevistas e observação direta. Os imigrantes japoneses *utinanchu* chegaram a Campo Grande no início do século XX, como construtores da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, para se tornarem mais tarde cultivadores de hortaliças e feirantes. Disseminado nas feiras da cidade, o Sobá acabou sendo incorporado aos hábitos da população, tornando-se hoje um prato consumido pela comunidade e também apresentado aos turistas que visitam a cidade. A dinâmica de apropriação do Sobá pelos campo-grandenses é singular, resultado de negociações culturais entre *utinanchu* e população já existente. O consumo e a oferta desse alimento ultrapassaram as fronteiras da feira central, integrando o cardápio de diversos estabelecimentos, além de que, em alguns casos não é mais preparado exclusivamente pelos de origem *utinanchu*. A territorialização *utinanchu* em Campo Grande tem tido no sobá o principal elemento de negociação.

Palavras chave: Territorialização; Cultura e Identidade; Sobá; Cultura *Utinanchu*;

ABSTRACT

The objective of this work is to think the territorialization of the Japanese immigrant, specifically the one from the island of Okinawa, from negotiations based on the trajectory of cultural appropriation and reframing of the chief in Campo Grande / MS. The soba is a typical dish from Okinawa cuisine and Campo Grande is the city that contains the largest population originating from the island of Okinawa, after St. Paulo. We sought to understand the territorial appropriation and incorporation of this dish's culinary island of Okinawa endowed with different meanings and traditions. In a more general context, the text focuses on the roots of Okinawan immigrants and their descendants for the work and way of life in society. From the methodological point of view, and some rare literature sources, for the present study we used the reports, interviews and direct observation. Utinanchú Japanese immigrants arrived in Campo Grande in the early twentieth century, as builders of the railroad northwest of Brazil, later to become vegetable growers and merchants. Disseminated in the fairs in the city, the Soba was eventually incorporated into the habits of the population, becoming today a dish eaten by the community and also presented to tourists visiting the city. The dynamics of ownership of the Soba Grande field is singular, the result of negotiations between cultural utinanchu and the existing population. The consumption and supply of food exceeded the boundaries of the fair center, integrating the menu of several establishments, and that in some cases is no longer prepared solely by the source utinanchú. The territorialization utinanchu in Campo Grande has been the main element in the soba trading.

Keywords: Territorialização; Culture and Identity; Soba; Culture Utinanchu;

À Deus.

*Aos meus pais com carinho e minha avó Mariana com saudades.
Às queridas Regina Silva, Michelle Jaber e Stéphane Tarachuck pelo
incentivo e apoio.*

*Aos amigos, Alexandra Melo e Murilo Fratari pela importante ajuda.
Aos queridos professores Cleonice Le Bourlegat e Josemar Maciel.
À todos que amo e que torceram para a conclusão deste desafio.*

LISTA DE IMAGENS

Imagen 1 - Associação Okinawa Kenjin do Brasil – AOKB, 2011	40
Imagen 2 - Presidente da AOKB – 2011	41
Imagen 3 - Museu da Imigração – AOKB, 2011	41
Imagen 4 - Acervo Museu da Imigração – AOKB	42
Imagen 5 - Acervo Museu da Imigração – AOKB	42
Imagen 6 - Acervo Museu da Imigração – AOKB	43
Imagen 7 - Acervo Museu da Imigração – AOKB	44
Imagen 8 - Feira Municipal de Campo Grande – década de 20	49
Imagen 9 - Imagem de uma sobaria na Feira Central.....	58
Imagen 10 - Outra imagem de Sobaria na Feira Central – 2011	58
Imagen 11 - Barraca N.S.	59
Imagen 12 - Obassan com 74 anos – 2012	64
Imagen 13 - Senhora N.S. no preparo do sobá.- 2012	65
Imagen 14 - Divulgação do Festival do Sobá	67
Imagen 15 - Monumento: Tigela de Sobá	67
Imagen 16 - Monumento em Homenagem aos 70 anos da Imigração Japonesa ..	69
Imagen 17 - Praça Comendador Oshiro Takemori	70

LISTA DE MAPAS E FIGURA

Mapa 1- Província de <i>Okinawa</i> no extremo sul do Japão	29
Mapa 2 - Ilhas japonesas e <i>Okinawa</i> no extremo sul.....	30
Figura 3 – Navio <i>Kazato-Maru</i> – porto de Santos (1908)	32

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS.....	14
1.1 CULTURA E PATRIMÔNIO CULTURAL	14
1.2 IDENTIDADE CONSTRUÍDA NAS RELAÇÕES SOCIAIS E NO CONTATO COM O OUTRO	16
1.3 HIBRIDISMO E CIRCULARIDADE CULTURAL	17
1.4 DESTERRITORIALIZAÇÃO/ RETERRITORIALIZAÇÃO NO PROCESSO DE HIBRIDAÇÃO CULTURAL	18
1.5 DESENVOLVIMENTO LOCAL MANIFESTADO NO CONTEXTO DOS TERRITÓRIOS VIVIDOS.....	23
1.6 METODOLOGIA	25
1.6.1 Natureza e Método de abordagem	26
1.6.2 Procedimentos metodológicos.....	26
CAPÍTULO 2 - ORIGEM OKINAWA E O PROCESSO MIGRATÓRIO	29
2.1 ORIGEM DE OKINAWA	29
2.2 IMIGRAÇÃO OKINAWA E CHEGADA EM CAMPO GRANDE	31
2.2.1 Primeiro Fluxo Migratório de japoneses no Brasil	32
2.2.2 Segundo fluxo migratório	35
2.2.3 Contingente e dinâmica dos Imigrantes japoneses de Okinawa no Brasil e Campo Grande.....	37
2.3 ORGANIZAÇÃO ASSOCIATIVA DOS IMIGRANTES DE OKINAWA	38
CAPÍTULO 3 - RETERRITORIALIZAÇÃO <i>UCHINANCHU</i> EM CAMPO GRANDE	45
3.1 A ARTE SILENCIOSA DE CRIAR ESTRATÉGIAS DE AÇÃO NO COTIDIANO VIVIDO.....	45
3.1.1 Práticas estratégicas nas chácaras de abastecimento urbano.....	45

3.1.2 Práticas estratégicas no cotidiano do espaço escolar	46
3.1.3 Práticas estratégicas no cotidiano do espaço da feira urbana	47
3.2 FEIRA CENTRAL DE CAMPO GRANDE.....	57
3.2.1 A ordem racional espaço-temporal fixa da Feira Central	57
3.2.2 A territorialização no relato dos feirantes Okinawa	60
3.2.3 Marca da integração cultural <i>uchinanchu</i> -brasileira pelo sobá no espaço da Feira central de Campo Grande	66
3.2.4 Marcas da integração cultural <i>uchinanchu</i> -brasileira que ultrapassam o espaço da Feira	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
REFERÊNCIAS	75
ANEXOS	81

INTRODUÇÃO

O sobá faz parte da culinária tradicional da população originária de *Okinawa*, arquipélago asiático de cultura milenar do reino de Uchina e que desde o século XIX passou a pertencer ao Japão. Esse prato típico, portanto, expressa os simbolismos e os significados da cultura desse povo de cultura *uchinanchu*.

Os habitantes de *Okinawa* foram os primeiros imigrantes japoneses a atingirem Campo Grande em Mato Grosso do Sul, já em 1914, como construtores da estrada de ferro que ligou São Paulo ao longínquo Centro-Oeste e, mais tarde por meio de empresas de colonização. Em 1998, quando foram festejados os 80 anos de imigração japonesa, o presidente da Assembléia Legislativa da Província de *Okinawa* apontava Campo Grande como a cidade que continha a maior população originária da ilha de *Okinawa*, depois da cidade de São Paulo.

A particularidade observada nesse processo é que apenas em Campo Grande o sobá se disseminou largamente como hábito alimentar dos habitantes, sendo considerado em 2006, por meio de decreto municipal, como Bem Imaterial do Patrimônio Histórico Cultural da cidade.

Campo Grande, hoje, exibe um grande número de sobarias, empreendidas por descendentes de imigrantes de *Okinawa* e de habitantes de outras origens. Desde 2010, um grupo local teve a iniciativa de expandir o negócio para fora do Estado, sob a forma de *franchising*, apresentando o prato como “sobá de Campo Grande”. É preciso acrescentar que esse prato vendido com a imagem de Campo Grande sofreu modificações ao longo do tempo e, portanto, já não corresponde fielmente à sua forma original.

O que chama atenção nesse processo é exatamente a especificidade com que teria ocorrido essa reapropriação cultural do sobá pelos habitantes de Campo Grande, nas relações estabelecidas com os originários e descendentes de *Okinawa*.

A grande questão que norteou a pesquisa foi exatamente a de conhecer a especificidade com que se deu a territorialização dos imigrantes de *Okinawa* em Campo Grande e em que contexto o sobá teria entrado como elemento de negociação intercultural.

O objetivo geral da pesquisa foi verificar na origem e contexto em que foram tecidas as principais relações do imigrante japonês proveniente da ilha de *Okinawa* com a sociedade campo-grandense em Mato Grosso do Sul, as negociações interculturais que resultaram na apropriação e ressignificação do sobá como elemento identitário da cultura local e em iniciativas de desenvolvimento econômico.

Foram estabelecidos 2 objetivos específicos:

1. Pesquisar a origem histórica da cultura *utinanchú* e a forma como o povo de *Okinawa* foi incorporado ao Japão e se inseriu como imigrante no Brasil e, mais especificamente em Campo Grande/Mato Grosso do Sul;
2. Detectar nas relações dos imigrantes *okinawas* e seus descendentes com a população residente, as transformações sofridas pelo sobá decorrentes de processos de negociação intercultural e de sua ressignificação na construção da identidade campo-grandense, observando-se suas correlações com o desenvolvimento local.

O sujeito-objeto dessa pesquisa foi o imigrante japonês proveniente da ilha de *Okinawa* em sua territorialização na cidade de Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, vista especialmente por meio do espaço da Feira Central, em que o sobá constituiu principal elemento de negociação cultural.

A presente dissertação foi estruturada em 3 capítulos. O capítulo 1 aborda as categorias conceituais básicas selecionadas que se constituíram no referencial teórico que serviu de apoio à interpretação dos dados coletados e organizados durante o trabalho. Trata também da metodologia de pesquisa adotada. O capítulo 2 foi destinado à compreensão do processo histórico de inserção do imigrante *okinawa* no contexto nacional, estadual e da cidade e do sobá com as características simbólicas e de preparação de sua cultura de origem. No capítulo 3, o enfoque foi dado às relações construídas no cotidiano da Feira Central de Campo Grande entre negociantes *okinawanos* e frequentadores da feira, local onde o sobá se tornou principal elemento de negociação e de ressignificação cultural.

1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Este capítulo tem como objetivo apresentar o referencial teórico, com as categorias conceituais básicas selecionadas que servem de apoio para a compreensão e à interpretação dos dados coletados e organizados no decorrer da pesquisa e a metodologia do trabalho científico adotado para a realização dessa pesquisa.

1.1 CULTURA E PATRIMÔNIO CULTURAL

A primeira definição de cultura, do ponto de vista antropológico, foi pensada por Edward Tylor (1981), como objeto de estudo sistemático, visto por ele como um fenômeno natural, que permitiria uma análise capaz de proporcionar a formulação de leis gerais sobre suas características e evolução (LARAIA, 2001).

Essa concepção de Tylor tem sido debatida por aqueles autores que não comungam com a ideia do esforço em se buscar a universalidade da cultura em Estados Nacionais, mas preferem compreender as especificidades das culturas que emergem de construções sociais localizadas. Para esses, a exemplo de Cuche (2002), é a cultura construída em cada local, ou território vivido, que permite ao homem, não somente adaptar-se ao seu meio, mas também adaptar este meio ao próprio homem, às suas necessidades e aos seus projetos. Para Gomes (2005) a cultura se produz no processo histórico de vivência dos lugares e é por meio dela que os indivíduos reafirmam seus saberes tradicionais, incluem-se nos ritos e nas formas de viver e se relacionam com o ambiente. Ela torna possível a transformação da natureza, a partir das escolhas e invenções de soluções para os problemas colocados (CUCHE, 2002).

A cultura, segundo Cuche (2002), exerce importante papel mediador da construção social, tanto nas relações dos homens entre a Sociedade e a Natureza, como nas relações dos homens entre si. Portanto, a cultura é fruto da construção social, ao mesmo tempo em que media essa construção, num processo sistêmico de circularidade retroativa, ou seja, de ação e reação.

A cultura tem sido definida como um conjunto de sistemas simbólicos. Para Lévi-Strauss, de abordagem estruturalista (1950, p. 19):

Toda cultura pode ser considerada como um conjunto de sistemas simbólicos. No primeiro plano destes sistemas colocam-se a linguagem, as regras matrimoniais, as relações econômicas, a arte, a ciência, a religião. Todos estes sistemas buscam exprimir certos aspectos da realidade social, e mais ainda, as relações que estes dois tipos de realidade estabelecem entre si e que os próprios sistemas simbólicos estabelecem uns com os outros.

A antropologia anglo-saxônica, de abordagem mais individualista, tem levado os estudiosos a enfatizar no processo de construção social os vínculos sistêmicos que existem entre o indivíduo e sua cultura coletiva. Essa linha procura valorizar o papel ativo dos indivíduos na construção da totalidade sistêmica, por meio das relações sociais. Não se trata de um indivíduo controlado pela estrutura, mas que tem liberdade para alterá-la.

Desse modo, segundo Geertz (1989) a cultura é um fenômeno social, cuja gênese, manutenção e transmissão estão a cargo dos atores sociais. A cultura aparece como uma dimensão simbólica da sociedade, construída num contexto de relações sociais entre indivíduos, mantida por diversas gerações. Ela se manifesta como um sistema de valores e crenças, códigos morais e hábitos, expressa por uma teia de significados que trazem em si os mecanismos para governar o comportamento de cada sociedade.

Também Cuche (2002), ao criticar a visão estruturalista de cultura, afirma que a cultura não existe enquanto realidade em si, ou seja, como simples estrutura à parte dos indivíduos - mas ela é construída a partir dos indivíduos e se incorpora nesses indivíduos, levando-os a adotar um certo estilo comum de comportamento no lugar vivido.

A questão é elucidar como sua cultura está presente neles, como ela os faz agir, que condutas ela provoca, supondo precisamente que cada cultura determina um certo estilo de comportamento comum dos indivíduos que dela participam (CUCHE, 2002, p. 75).

Por esse mesmo viés, no aporte de Canclini (2000), sujeito culto é aquele que incorporou um conjunto de conhecimentos, especialmente os simbólicos, com

base na própria história. No caso de afirmação da cultura nacional, os indivíduos participam dos cenários em que os grupos hegemônicos fazem com que a sociedade apresente para si mesma o espetáculo de sua origem.

Os indivíduos ao se relacionarem entre si, segundo Di Meo (1999), criam um campo simbólico de significados a respeito dos processos vividos e nele alguns elementos são instaurados como valor patrimonial, por serem capazes de criar ou reforçar o sentimento de identidade individual e coletiva desses sujeitos. Ainda que alguns elementos desse patrimônio sejam materiais, são sempre carregados de valores simbólicos que favorecem essa identificação cultural. Desse modo, para Di Meo (1999), cada indivíduo necessita dessas formas visíveis para sobreviver e continuar consciente de si mesmo e da sociedade ou grupo ao qual pertence.

1.2 IDENTIDADE CONSTRUÍDA NAS RELAÇÕES SOCIAIS E NO CONTATO COM O OUTRO

A identidade está associada ao conceito de cultura e numa primeira aproximação, parece ser uma positividade naquilo que se é: "sou brasileiro", "sou negro", "sou heterossexual", "sou jovem", "sou homem", como um "fato" autônomo que tem como referência a si própria (SILVA, 2002, p. 2). No entanto, a identidade se constrói, de fato, nas relações sociais, num processo circular, em que os indivíduos constroem uma identidade coletiva, ao mesmo tempo em que se constroem como identidade.

A vida social favorece a construção de um imaginário coletivo, do qual faz parte a representação que essa sociedade tem de si mesmo, na diferenciação que estabelece em relação a outras sociedades e que constitui a identidade social (MAFFESOLI, 2000). Essa representação expressa o conjunto de símbolos e os comportamentos comuns a seus membros e contribui para consolidar a unidade do grupo.

A identidade individual implica numa construção psicológica que cada indivíduo faz de si mesmo, num constante desafio para se afirmar internamente e que tem na socialização o principal referencial na formação dessa identidade (MAFFESOLI, 1998). Conforme lembra Cuche (2002), a identidade se constrói, de fato, na convivência em sociedade, sendo reafirmada no momento da relação

mantida com o outro, seja de grupos vizinhos de mesma sociedade ou de outras sociedades (CUCHE, 2002).

Hall (2005) identificou três concepções de identidade do indivíduo, as duas primeiras relacionadas com a Modernidade e a terceira com a Pós-Modernidade. A primeira aborda a identidade do sujeito em situação de conexão com sua sociedade em seu território vivido e a segunda em circunstâncias mais complexas de interação entre sociedades de territórios diferentes. No caso da Pós—Moderna, a identidade do sujeito é abordada em situação de constantes deslocamentos humanos a novos territórios, quando ele tem oportunidade de se inserir em múltiplas redes de relações sociais.

A concepção do sujeito do Iluminismo é daquele inserido em sua própria sociedade, no interior do qual se constrói um núcleo individual, mantido praticamente idêntico durante todo seu processo de existência, como alguém centrado, unificado, dotado de capacidades de razão, consciência e ação. Já no sujeito sociológico, seu núcleo interior se molda na interação com a sociedade, mas se modifica no diálogo com os mundos culturais com os quais passa a ter contatos. Finalmente, na concepção do sujeito pós-moderno, a identidade nunca é fixa e nem unificada, sendo reformulada continuamente, em diferentes momentos, em função dos diferentes confrontos com a multiplicidade cultural. Nesse caso, a identidade passa a ser compreendida mais como processo do que algo substancial.

1.3 HIBRIDISMO E CIRCULARIDADE CULTURAL

Como as diferentes culturas são dinâmicas e apresentam potencialidades internas para se adaptarem às novas circunstâncias, elas mediam as relações de sua sociedade específica com sociedades diferentes. Portanto, é ela que efetivamente contribui para as mudanças sociais passíveis de ocorrer nas sociedades que mantém entre si algum tipo de intercâmbio.

Esse processo de trocas mantido entre culturas de sociedades diferentes ao longo do tempo, conforme aponta Canclini (2001, p. 19) pode conduzir ao hibridismo cultural, entendido por ele como: “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas”.

Nesse processo de hibridação, segundo Burke (2008) pode ocorrer um fenômeno sistêmico de ação e reação entre as diferentes culturas interativas, ao qual ele denomina “circularidade cultural”. Um ou mais elementos da cultura de uma das sociedades podem ser incorporados pela outra, sendo modificados de acordo com as particularidades das circunstâncias locais em que as trocas ocorrem, como também voltar à cultura de origem, de modo a influenciá-la por conta de seus novos atributos e, assim, sucessivamente (BURKE, 2008).

1.4 DESTERRITORIALIZAÇÃO/RETERRITORIALIZAÇÃO NO PROCESSO DE HIBRIDAÇÃO CULTURAL

O processo histórico de relações sociais no qual emerge a cultura de uma sociedade e onde são criadas as circunstâncias para que culturas de diferentes sociedades vivenciem trocas se inscreve em algum ponto da superfície terrestre. É na vivência desses locais concretos que a vida social e sua dimensão cultural se expressam e deixam suas marcas. As interações dos atores sociais que ocorrem nessas realidades concretas por meio de práticas espaciais cotidianas geram e ao mesmo tempo reproduzem o território (DI MEO, 1999). O território é dinamizado pelo campo de forças sociais interativas, no qual se inscreve um mundo simbólico e a realidade concreta da unidade social.

As relações sociais construídas historicamente passam por vinculações com essa realidade material, sendo mediadas pelos sistemas simbólicos (cultura). As trocas e hibridações culturais ocorrem num processo social e de construção espacial que implicam em vivência direta, corporal dos indivíduos. Portanto, o território a que se refere o presente estudo não é aquele que configura o Estado Nacional e sim, aquele gerado e construído cotidianamente pelas coletividades que estão na base desse território político. No território local, essas interações sociais e as práticas espaciais são vividas e sentidas cotidianamente pelo corpo físico das pessoas, processo que permite a construção de uma relação existencial com a sociedade e o território (DI MEO, 1999).

Di Meo (1999) atribui dupla natureza ao território: uma concreta/objetiva e outra simbólica/ subjetiva. Também para Santos (1987), o território não é um simples arranjo de objetos para produção, circulação e moradia, mas é também o mundo

simbólico nele construído. De acordo com Le Bourlegat (2012), as sociedades criam um “território em si” como mundo material e também um “território para si”, como mundo existencial. O primeiro consiste em um arranjo de elementos de corporeidade física (ambiente natural e construído) que tem existência objetiva. Já o segundo, de existência subjetiva, constitui-se como dimensão simbólica, no qual, além da memória, conhecimento, crenças e valores se revela um constructo mental da realidade vivida, como ordem espacial, pleno de sentimentos e significados (LE BOURLEGAT, 2012).

O território não se definia por um princípio material de apropriação, mas por um princípio cultural de identificação ou, se preferirmos, de pertencimento. Este princípio explica a intensidade da relação ao território. Ele não pode ser percebido apenas como uma posse ou como uma entidade exterior à sociedade que o habita. É uma parcela de identidade, fonte de uma relação de essência afetiva ou mesmo amorosa ao espaço. (BONNEMAISON E CAMBRÈZY, 1996, p. 13).

Santos (2007) realça o papel que o território local exerce na existência dos indivíduos:

O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência (SANTOS, 2007, p. 13).

A identidade social, segundo Haesbaert (1999) torna-se uma identidade territorial as referências simbólicas para a construção da identidade social parte do ou transpassa o território.

Como mundo existencial, na visão de Guattari (1986) citado por Haesbart (2006, p. 15), o território local acaba se transformando em instância de manifestação de resistências sociais frente à ordem dominante e homogeneizante do Estado Nacional:

O território envolve uma ‘ordem de subjetividade individual e coletiva’, a possibilidade de os grupos manifestarem articulações territoriais de resistência, em contraposição ao ‘espaço liso’, homogeneizante, imposto pela ordem social dominante.

Para Di Meo (1999), as práticas e deslocamentos rotineiros dos indivíduos no território vivido atribuem corpo e consistência aos processos interativos sociais, que se traduzem, tanto em formas de relações espaciais objetivas, como em imagens e sensações subjetivas. O território construído em âmbito local, como território usado pelo corpo, tem potencialidade para criar laços afetivos com a sociedade e com o lugar de existência. Nessa relação, o indivíduo se integra ao território e o internaliza como construção mental.

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade (SANTOS, 2007, p. 14).

A construção territorial, ou territorialização, ocorre por meio de apropriação, processo em que indivíduos e sociedade criam e recriam estratégias, mediados pela cultura. Saberes historicamente interiorizados, modelos espaciais impregnados na mente e um conjunto de sentimentos e valores a respeito do território é mobilizado para se fazer escolhas e se tomar decisões (LE BOURLEGAT, 2012).

Para Oliveira (1998) territorialização significa um processo de reorganização social que implica em alguns fatores a serem considerados. O primeiro é a criação de uma nova unidade sócio-cultural condicionada ao estabelecimento de uma identidade ética diferenciadora. O segundo é baseado na construção de mecanismos políticos. O terceiro é a redefinição do controle da sociedade sobre os recursos disponíveis no ambiente e finalmente a re-elaboração da cultura e da relação com o passado.

Territorialização é processo em que indivíduos ou os grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo de forma aleatória, regular ou concentrada, no contexto de interações de natureza política, econômica, social e cultural que resulta de jogos de oferta. Esse sistema de malhas, nós e redes que se imprime no espaço expressa, de algum modo, a ordem do território em construção (RAFFESTIN, 1993, p. 204).

A representação que uma sociedade faz de seu território, como modelo espacial, é uma forma preliminar de apropriação e uma territorialidade (RAFFESTIN,

1993). Para esse autor, a construção da realidade no imaginário social conduz as formas tradicionais de comportamento dos integrantes de uma sociedade em seu processo de apropriação.

Esse conceito de natureza biológica, própria de todo reino animal, na defesa de sua sobrevivência, veio de uma abordagem naturalista, e tem sido considerado reducionista para os seres humanos, cujo comportamento de controle é também atribuído aos significados a ele atribuídos na dimensão simbólica.

As formas sociais dos seres humanos se comportarem no controle do território têm sido entendidas como expressão de sua territorialidade. A abordagem que vinha sendo mantida a respeito de territorialidade nacional era naturalista. Nela, as formas de controle se davam em torno de uma superfície delimitada do território, inicialmente, na defesa dos recursos nele contidos, considerados essenciais na garantia da sobrevivência da sociedade, a exemplo do que se pratica em todo reino animal.

[...] a territorialidade será definida como tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica (SACK, 1986, p. 19).

Os teóricos que abordam a construção de territórios locais de vida, portanto os territórios de pequena escala que estão na base dos Estados Nacionais, consideram essa abordagem reducionista. Os territórios vividos são apreendidos pelos indivíduos na sua totalidade e nele, a dimensão simbólica, que aporta saberes e atribui significados ao território, exerce grande influência nos comportamentos de controle territorial. Para Bonnemaison (2002), a territorialidade expressa como cada coletividade vive seu cotidiano de relações sociais, como se representa e estabelece relações afetivas e estratégicas no seu lugar de vida. Também para Raffestin (1993), a territorialidade reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial por seus integrantes, sendo entendida como processo e como produto de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas.

A migração envolve processos de desterritorialização e reterritorialização, sendo considerados por Deleuze & Guattari (1997) como dois processos indissociáveis. A desterritorialização que se dá no processo de saída do território de origem tem como desdobramento a reterritorialização. A conectividade do mundo em

rede, manifestada em especial a partir dos anos 80, sob efeito de rápida aceleração dos bens, informações e indivíduos, trouxe consigo a desterritorialização e reterritorialização dos indivíduos como dinâmica constante, que se intensificam na mesma proporção da velocidade do desenvolvimento dos meios de comunicação e de circulação.

A desterritorialização suscita, segundo Marandola Jr (2008), uma segurança existencial, motivo pelo qual os migrantes precisam restabelecer e cultivar laços com o local de destino, envolvendo-se com sua sociedade e cultura, se reterritorializando. A reterritorialização, segundo Di Meo (1999) no território de destino, ocorre por meio da experiência concreta vivenciada em processos interativos localizados.

O migrante, ao deixar a realidade concreta anteriormente vivida, sofre grandes impactos em seus referenciais espaciais. Nesse sentido, conforme lembra Santos (1987), a migração agride o indivíduo, desafiando-o a uma nova adaptação, por meio de relações que possibilitem criar amalgamas com o novo território. Essa busca de adaptação vai ocorrer por meio do cotidiano vivido como práticas espaciais, com interações sociais estabelecidas em locais específicos do novo território. O cotidiano é visto como o fator tempo, dado pelo ritmo repetitivo das práticas, associado ao espaço, já que tais práticas ocorrem em espaços organizados socialmente para que as mesmas ocorram (espaço de consumo, de circulação, de moradia, entre outros).

O cotidiano é para o migrante a escola da desalienação e os ambientes frequentados agem como uma espécie de detonador, uma vez que o incita a usar suas capacidades e seu gênio criativo na busca de uma adaptação, para constituir um novo lugar de vida (SANTOS, 1987). A cultura de origem, universo simbólico, representa a dimensão cognitiva da territorialidade que não foi perdida no processo de deslocamento e, que passa a mediar as interações do migrante com os integrantes da sociedade local (DI MEO, 1999). Nesse intercâmbio operado como vivência (espaço e tempo), as culturas se interferem reciprocamente, mudando a cultura e mudando os indivíduos que participam dessas trocas (SANTOS, 1987). Para esse autor, quando essa síntese é percebida, a alienação anterior cede lugar à integração e entendimento, já que o ato de perceber ultrapassa os sentidos e ganha a razão. O local de vida passa a ser transformado num novo mundo para o migrante, na medida em que cria laços afetivos com as pessoas e o lugar, se sente

reconhecido e constrói na mente um novo modelo espacial do vivido. Para Santos (1987, p. 63), é o momento em que o migrante “recupera a parte de seu ser que parecia perdida”.

A apropriação de um território com ordem e regras estranhas, pelos indivíduos que nele passam a se inserir, segundo Certeau (1994) se dá no passo a passo silencioso do cotidiano ali vivido. Os sujeitos calculam estratégias de ação a serem exercidas em determinados espaços, baseados nos saberes e modos de fazer de sua própria cultura, e assim subverter a ordem estrutural a seu favor, sem rejeitá-la. No cotidiano vivido de determinados espaços, busca-se o domínio do tempo, ao transformar acontecimentos em oportunidades. Para isso é preciso ser criativo, usar de astúcia. Por ações calculadas, táticas, ele pode jogar com os acontecimentos e transformá-los em ocasiões para acumular benefícios. Como essas ações no tempo se dão em determinados espaços, permitem a conquistas dos mesmos. Esse processo de territorialização se dá, portanto, pelo uso cotidiano do espaço e do tempo, num trabalho de formiga, microbiano.

1.5 DESENVOLVIMENTO LOCAL MANIFESTADO NO CONTEXTO DOS TERRITÓRIOS VIVIDOS

No território vivido pela presença direta do corpo, as aspirações por mudanças não são apenas econômicas, mas atingem a vida coletiva como um todo e é onde emerge a recusa de submissão aos mecanismos externos de manipulação. De acordo com Santos (1987), os instintos inspirados pelo mundo existencial conduzem o homem à busca de sua essência, num melhor discernimento da realidade e dos meios externos que tentam subjugá-lo. A dinâmica do desenvolvimento manifesta-se nos territórios locais, portanto, como um sistema complexo, multidimensional, que emerge do território vivido, num processo em que os saberes construídos e outros recursos locais, são mobilizados no sentido de operar as mudanças necessárias, que ampliem a autonomia do território. Nesse sentido, as características do desenvolvimento endógeno passam a ter estreita relação com a cultura local:

[...] el desarrollo debe ser considerado como más y más endógeno, debido a su estrecha asociación com la cultura local y com los valores que ella incluye. Si el desarrollo es un fenómeno de un alto contenido axiológico, algunos valores universales (el valor de la vida, o el de la libertad, por ejemplo), pero la mayoría tienen un carácter particular a la sociedad local. (BOISIER, 1999, p. 5).

No território de vida, por sua natureza, a dinâmica do desenvolvimento também leva em conta as necessidades humanas, para as quais se estabelecem formas de solidariedade e cooperação, na busca de níveis crescentes de autonomia:

Tal desarrollo (el desarrollo a escala humana) se concentra y sustenta en la satisfacción de las necesidades humanas fundamentales, en la generación de niveles crecientes de autodependencia y en la articulación orgánica de los seres humanos com la natureza y la tecnología, de los procesos globales con los comportamientos locales, de lo personal con lo social, de la planificación con la autonomía y la Sociedad Civil con el Estado. (BOISIER, 1999, p. 5).

Alguns autores tem se esforçado em definir conceitualmente no que consiste o desenvolvimento local como processo de autonomização constante. Para Ávila (2000, p. 68), esse processo consiste:

[...] no efetivo desabrochamento a partir do rompimento de amarras que prendam as pessoas em seus 'status quo' de vida, das capacidades, competências e habilidades de uma 'comunidade definida' – portanto com interesses comuns e situada em espaço territorialmente delimitado, com identidade social e histórica, no sentido de ela mesma mediante ativa colaboração de agentes externo e internos incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta agenciar (discernindo e assumindo dentre rumos alternativos de reorientação do seu presente e de sua evolução para o futuro aqueles que se lhe apresentar mais consentâneos) e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios ou cabedais de potencialidades peculiares à localidade, assim como a 'metabolização' comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito.

De acordo com Pecqueur (2000), o território vivido, supõe mais do uma rede de relações, uma vez que a cooperação ocorre entre integrantes vinculados ao território, portanto, capazes de engendrar recursos particulares e soluções inéditas.

1.6 METODOLOGIA

Como já apontado na introdução, conhecer a especificidade com que se deu a territorialização dos imigrantes de *Okinawa* em Campo Grande e em que contexto o sobá teria entrado como elemento de negociação intercultural, consistiu na principal preocupação dessa pesquisa.

Desse modo, o grande objetivo foi verificação da origem e contexto em que foram tecidas as principais relações do imigrante japonês proveniente da ilha de *Okinawa* com a sociedade campo-grandense em Mato Grosso do Sul, as negociações interculturais que resultaram na apropriação e ressignificação do sobá como elemento identitário da cultura local e em iniciativas de desenvolvimento econômico.

A partir do objetivo geral, se definiram dois objetivos específicos: (1) a pesquisa da origem histórica da cultura *utinanchu* e da forma como o povo de *Okinawa* foi incorporado ao Japão e se inseriu como imigrante no Brasil e, mais especificamente em Campo Grande/Mato Grosso do Sul; (2) identificação das relações dos imigrantes *okinawas* e seus descendentes com a população residente, as transformações sofridas pelo sobá decorrentes de processos de negociação intercultural e de sua ressignificação na construção da identidade campo-grandense, observando-se suas correlações com o desenvolvimento local.

O sujeito-objeto dessa pesquisa foi o imigrante japonês proveniente da ilha de *Okinawa* em sua territorialização na cidade de Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, vista especialmente por meio do espaço da Feira Central, em que o sobá constituiu principal elemento de negociação cultural.

1.6.1 Natureza e Método de abordagem

A presente pesquisa, que se desenvolve no campo interdisciplinar, é de natureza exploratória e visa a proporcionar mais familiaridade com o objeto de pesquisa, utilizando fontes primárias e secundárias.

O método de abordagem teórica é sistêmico, o que vale destacar que as interações e interdependências entre os diversos fenômenos serão fundamentais na reflexão deste trabalho.

O método da pesquisa foi hipotético-dedutivo, com procedimentos qualitativos e descritivo-quantitativos, de modo a se poder associar ambos na interpretação dos sujeitos pesquisados.

1.6.2 Procedimentos metodológicos

A coleta de informações foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica e documental, associada à coleta de dados secundários e diretamente no campo de pesquisa (primários).

Como fonte secundária, foi feito uso de material bibliográfico e documental. O documento bibliográfico foi utilizado como meio para se construir o referencial teórico-conceitual e metodológico, como também de consulta a respeito do objeto de pesquisa (teses, dissertações, artigos científicos). O material documental se constituiu de documentos técnicos, estatísticos e fotográficos existentes relacionados aos objeto da pesquisa.

A fonte primária se constituiu de:

- (1) Observação direta e interpretação dialógica, num processo de inserção e interação, no cenário da Feira Central e em alguns de seus eventos simbólicos, como também no recinto das associações culturais do povo *Okinawa*. Essas ocasiões foram aproveitadas para se vivenciar o ambiente da feira, fazendo uso dela como consumidora do sobá e frequentadora do espaço de eventos, buscando manter diálogos informais com os feirantes. No caso da Associação, a visita mais focalizada se deu na sede brasileira da comunidade *Okinawa*, num diálogo informal com o seu presidente a respeito das condições em que ele percebe viver a

comunidade *Okinawa* no país, assim como na apreciação dos bens simbólicos que se busca preservar no museu daquela associação, como elementos de identidade cultural.

(2) Entrevistas semi-estruturadas, realizadas junto aos feirantes de origem *Okinawa*, foram obtidas num processo de amostragem intencional, por escolha deliberada dos sujeitos pesquisados, eleitos como os mais representativos para relatar o processo histórico vivenciado pelos feirantes de origem *Okinawa* e das condições por eles percebidas a respeito desse processo. As entrevistas são utilizadas como procedimento técnico na obtenção de informações contidas na fala dos atores, estes sendo considerados aqui sujeitos-objeto de pesquisa que vivenciam a realidade dos atores. Desse modo, foram eleitos para entrevista apenas sujeitos de duas barracas, entre as 25 existentes, que apresentavam as características pretendidas para a amostra. O primeiro entrevistado foi indicado por terceiros que conhecem o histórico da feira. O contato foi realizado no ambiente em que o pesquisador entrou como consumidor em sua barraca, com pessoa conhecida do feirante responsável. No momento da conversa descontraída, a ele se perguntou, se queria participar da investigação. Uma vez aceito, se combinou o dia e hora adequada para esse momento. Terminada a entrevista, foi-lhe perguntado se conhecia alguém com as mesmas características. Desta forma, o segundo entrevistado(a), foi pessoa recomendada pelo primeiro. A ideia inicial era a de continuar o processo da “bola de neve”, em momentos sucessivos aos dois primeiros, obtendo-se referências ou informações a partir de referências ou informações. No entanto, o comportamento esquivo e de defesa do qual normalmente se revestem esses sujeitos na interação com o estranho, dificultou a continuidade e sua insistência poderia comprometer os resultados. O pesquisador corria risco de não entrar no mundo da essência subjetiva para as interpretações aguardadas e ficar num discurso de aparência, utilizado para dissimular situações que a ele podem significar um risco.

Os aspectos descritivos e quantitativos - de natureza objetiva - obtidos por meio bibliográfico e documental, serviram para apreciar e compreender a estrutura geral da ordem espaço-temporal dos contextos vividos no local de origem e de

destino desses imigrantes, assim como dos espaços onde passaram a realizar suas práticas sociais cotidianas, num processo de reterritorialização.

Já os aspectos qualitativos – de natureza subjetiva - foram interpretados, na escuta indireta dos sujeitos, por meio da vivência direta e interativa nos ambientes usados pelos feirantes (Feira e associação), como direta, realizadas pelas entrevistas semiestruturadas. As técnicas utilizadas para essa interpretação qualitativa permitiram o contato direto com os atores, diálogo e da escuta aos seus relatos. A interação entre entrevistador e entrevistado consistiu num processo multidirecionado. Desse modo, a territorialização do Sobá foi abordada aqui como uma realidade do qual o pesquisador também se sentiu participante e se sentiu integrado ao processo de conhecimento em construção.

A compreensão do objeto de pesquisa e dos sujeitos pesquisados, desse modo, pôde ser realizada, considerando-se as circunstâncias nas quais se deu o fluxo migratório de *Okinawa* até o Brasil e Campo Grande. Essa análise serviu para se compreender o contexto de manifestação das práticas espaciais cotidianas, onde tais imigrantes puderam manifestar sua inventividade, esta mediada por sua cultura, no processo de interação social, para sua territorialização. A interpretação dessas estratégias foi feitas a partir da escuta dos sujeitos, de modo a se compreender como as situações vividas foram percebidas e racionalizadas por eles e como foram transformadas em esquemas de ação em seu processo de apropriação e conquista do novo território, transformando-o num bom lugar para se viver. De fundamental importância, os relatos dos imigrantes e comerciantes do sobá oportunizaram detalhes singulares e determinantes para a elucidação da situação atual, dentre elas a rede podem-se detectar possíveis incentivos na permanência dos vínculos mantidos e que ainda se pretende manter entre si. Pôde-se averiguar nesse processo, que as respostas dos dois entrevistados foram congruentes, não só entre si, como com o contexto trabalhado, sem que nada novo fosse revelado entre um e outro, fato que ampliou maior segurança à interpretação e considerações a respeito das respostas que se buscaram para a pesquisa.

2 ORIGEM OKINAWA E O PROCESSO MIGRATÓRIO

O presente capítulo tem como objetivo, o relato das circunstâncias que condicionaram o deslocamento dos japoneses do território de *Okinawa* –integrante do Estado Nacional japonês - para o Brasil e Campo Grande, com a caracterização desse território de origem e de sua cultura, no qual o sobá é um dos elementos identitários.

2.1 ORIGEM OKINAWA

Okinawa – ou *Uchina* - é uma atual província do Japão, situada ao sul, que abrange 169 ilhas do arquipélago de *Ryukyu* (Mapas 1 e 2), com aproximadamente um total de 1.225.000 habitantes e alta densidade populacional (AOKB, 2012). O arquipélago é dividido em três outros - *Miyako*, *Yaeyama* e *Okinawa* – sendo a ilha de *Okinawa* a mais importante delas, com a capital *Naha*.



Mapa 1 - Província de *Okinawa* no extremo sul do Japão.
Fonte: <http://wikitravel.org/en/Okinawa>, 1998



Mapa 2 - Ilhas japonesas e Okinawa no extremo sul
<http://wikitravel.org/en/Okinawa>, 1998.

Essas ilhas constituíram no passado, um território independente - o reino *Ryukyu* - dotado de cultura específica e diferenciada da japonesa. De acordo com a Associação *Okinawa Kenjin* do Brasil (AOKB), principal organização representante do povo *uchinanchu* (ou *utinanchu*) no Brasil, os primórdios da história de *Okinawa* ainda não foram totalmente desvendados. Existem indícios de que os formadores desse povo tenham vindo das ilhas japonesas, Mongólia e Filipinas.

No século XIV, *Okinawa* fora dividida em três reinos - *Hokuzan*, *Nanzan* e *Chuzan* - que mantiveram fortes ligações comerciais com a China e Japão. Comercializavam especiarias, madeiras aromáticas, seda, porcelana chinesa, algodão da Coréia, leques, espadas enxofre proveniente do Japão, que eram transportadas por embarcações marítimas, o que resultou na formação e exímios navegadores e comerciantes. Esse foi considerado o período de maior dinamismo desse território (SAKIMA, 2000).

A partir do século XVII, o comércio do arquipélago começou a entrar em decadência, frente às investidas coloniais japonesas que fecharam os portos de seus territórios controlados (Idem, 2000). O reino de *Uchina* acabou sendo subjugado e anexado ao Japão em 1872, no âmbito das grandes mudanças

econômicas, políticas e sociais, provocadas pela política de industrialização japonesa que caracterizou a Era *Meiji*, iniciada em 1868 (SOUSA, 2009).

A denominação *Okinawa Ken* foi atribuída ao arquipélago em 1879, após a monarquia de *Uchina* ter sido abolida pelo Japão. A Era *Meiji* representou a transição de uma economia rural-agrária para uma economia urbana e industrializada, com excedente de mão de obra no campo. Milhares de camponeses ficaram desempregados, um retrato de fome e miséria no campo em prol das instalações industriais (YOTOKAZU, 2000).

Nesse contexto, a alternativa encontrada pelo governo japonês foi a de incentivar a emigração nipônica para países que precisavam de mão de obra. Neste período, o Brasil, já sem a mão de obra escrava, investia pesado na produção cafeeira e passando a ofertar emprego à aqueles que viessem em busca de trabalho no campo (MAGALHAES, 2007 apud SOUSA, 2007).

Na Segunda Guerra Mundial, *Okinawa* foi invadida pelos Estados Unidos, resultando em uma das batalhas mais sangrentas da Guerra do Pacífico, com 12500 americanos declarados mortos ou desaparecidos e acima de 150.000 habitantes, cerca de um terço da população da ilha, mortos durante a batalha. Em 1945 *Okinawa* foi então ocupada pelos Estados Unidos, ficando sob o seu controle até 1969, quando o Presidente norte-americano Nixon e o Primeiro Ministro Sato assinaram um acordo para retorno de *Okinawa* ao Japão, sendo ratificado pelo Presidente Honson em 15 de maio de 1972. Este histórico revela que apesar de ser uma ilha parte do Japão, muito da sua cultura tem origem chinesa.

2.2 IMIGRAÇÃO OKINAWA E CHEGADA EM CAMPO GRANDE

A anexação de *Okinawa* ao império japonês, ocorrido em 1879, foi o principal motivo do abandono inicial desse território. Mas somente em 1895, foi firmado entre Brasil e Japão o primeiro tratado internacional, denominado “Tratado da Amizade, de Comércio e de Navegação”. Ele estreitava as relações entre os países e regulamentava principalmente o comércio, a navegação, a liberdade de culto e a proteção aos cidadãos de ambos os países em seus territórios.

O Brasil, após a libertação dos escravos, vinha enfrentando a escassez de força de trabalho na produção cafeeira, enquanto o Japão enfrentava uma série

de dívidas provenientes das reformas que caracterizaram a reestruturação Meiji, como o objetivo de modernizar o país, por meio de industrialização e do aparelhamento do Exército Imperial (KANASHIRO, 2000).

Mas, diante da crise para exportação do café, o Brasil protelou a vinda desses imigrantes (ITOKAZU, 2000). Houve novo déficit brasileiro em 1900, diante de imigrantes europeus não adaptados às condições oferecidas no Brasil que procuraram os países vizinhos latino-americanos, especialmente conduzidos por propagandas de empresas colonizadoras.

2.2.1 Primeiro Fluxo Migratório de japoneses no Brasil

A imigração japonesa, de um modo geral, começou efetivamente em 1908. Um marco na história da imigração japonesa foi a chegada oficial do primeiro navio de imigrantes, denominado Kasato Maru (Figura 3), que aportou no Brasil em 18 de junho de 1908. O navio trazia a bordo 781 imigrantes, sendo que 325 eram oriundos da província de *Okinawa* (SAITO, 1961 *apud* SOUSA, 2007).

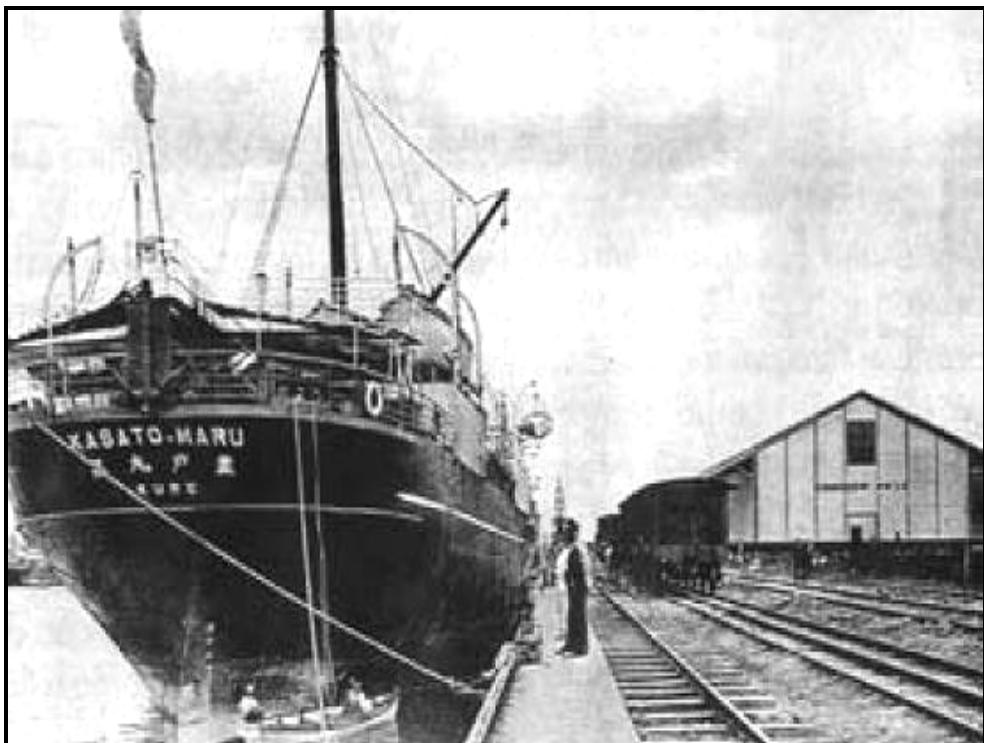


Figura 3 – Navio *Kazato-Maru* – porto de Santos (1908)
Fonte: www.portogente.com.br

No período de 1908 a 1925, o Governo do Estado de São Paulo subsidiou, por meio de empresas de imigração, parte da passagem marítima junto com os fazendeiros empregadores. Estes cobravam essa dívida dos japoneses em sua chegada, com a prática do desconto do salário. (SAITO, 1961).

A vinda dos primeiros imigrantes em 1908 para o Brasil, segundo Saito (1961), tinha intenção de ser temporária. A ideia do imigrante era vir ao Brasil para conseguir dinheiro e retornar ao Japão, seguindo a fórmula “sucesso rápido e volta ao seu país de origem”. Porém, a inexperiência no trabalho agrário nas condições brasileiras, totalmente adversas àquelas que estavam acostumados em seu território de origem associou-se a um choque brutal de culturas, além de outras, redundando em constantes conflitos (SOUSA, 2007).

Os conflitos mais comuns se davam com os camaradas dessas fazendas, em grande parte por intolerância étnica. Os imigrantes de Okinawa, por exemplo, tinham o hábito de andar nu até os 30 anos e as mulheres de tatuarem as mãos (compromisso do matrimônio). No Brasil, a tatuagem era uma prática utilizada apenas entre marinheiros (ITOKAZU, 2000). No Estado de São Paulo, esse período foi caracterizado também por constantes fugas das fazendas de café, o que significava o rompimento dos contratos com o proprietário (ITOKAZU, 2000).



Figura 4 – Navio *Kazato-Maru* – porto de Santos (1908)
Fonte: www.portogente.com.br

Foram constantes as dificuldades detectadas de adaptação das famílias às condições oferecidas nas fazendas de café. Chama atenção, no entanto, a capacidade organizativa e estratégica dos imigrantes de *Okinawa*, para reagir em seu local de vivência aos desmandos dos proprietários rurais e às regras do estado nacional brasileiro. Em 1913, o Ministério das Relações Exteriores decidiu paralisar a entrada de japoneses de origem *Okinawa*, julgando as várias táticas de luta organizadas pelos mesmos. Entre elas estavam fuga das fazendas, mudanças constantes de moradia, renúncia coletiva ao trabalho, constituição de famílias falsas. Além disso, eram acusados de dificultar a manutenção da harmonia, diante de seus “hábitos corporativos” e de baixo nível de conduta social, especialmente por andarem nus (AOKB, 2002).

No Brasil, a crise econômica mundial de 1929 havia repercutido na produção cafeeira e o Brasil iniciara o processo de industrialização por substituição de importações. Nesse contexto, conforme lembra Kanashiro (2000), as decadentes fazendas de café foram dando lugar a novos cultivos. O imigrante japonês, nesse período, já mais adaptado, havia acumulado durante o trabalho nas fazendas, o suficiente para a aquisição e ou arrendamento de pequenos e médios lotes de terras nas periferias da capital paulista (KANAHISRO, 2000). Essa passou a significar uma nova etapa da fixação no Brasil da imigração japonesa no Brasil, mediante a prática familiar da pequena lavoura nos arredores urbanos.

2.2.1.1 Chegada dos japoneses em Campo Grande

Campo Grande abrigou grande parte dos japoneses de *Okinawa*, foragidos das fazendas cafeeiras paulistas, logo que chegaram ao Brasil, assim como alguns outros que chegaram por meio de países vizinhos da América do Sul.

Foram vários os imigrantes japoneses foragidos das fazendas que procuraram atingir outras áreas brasileiras, por meio da linha férrea (ARCA, 1991). A construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, iniciada em 1909, também funcionou como válvula de escape para várias famílias que se sentiam subjugadas e viviam um clima de conflito nas fazendas de café. A ferrovia avançava para o sertão do Oeste brasileiro, áreas consideradas longínquas, na época, quase inacessíveis.

Na Revista do Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA, 1991), há o registro de entrada de 75 imigrantes japoneses em Mato Grosso do Sul, em 1909, vindos do Estado de São Paulo. Eram 34 famílias de *Okinawa* originárias da Fazenda Floresta (Município de Itu) e 23 da província japonesa de *Kagoshima* que vinham da Fazenda Dumont (Município de Dumont), atraídos pelos salários pagos pela empresa construtora da ferrovia.

Esses imigrantes, segundo os relatos encontrados na revista, foram trazidos pela própria construtora da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, num pequeno navio cargueiro. O navio veio pelo oceano Atlântico e chegou a Porto Esperança pelo rio Paraguai, passando pela Argentina e Paraguai (ARCA, 1991).

Outro grupo de imigrantes solteiros teria vindo a Porto Esperança e Corumbá no ano seguinte, ou seja, em 1910, pela Bacia do Prata. Também chegou ao Brasil, passando pelo Peru, Chile e Argentina, para integrar-se ao contingente da construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil.

Diante das condições inóspitas de trabalho na ferrovia na região pantaneira houve muita morte, especialmente por malária (ARCA, 1991). Diante dessas dificuldades parte da população imigrante remanescente acabou abandonando o Estado em direção a outros países (ARCA, 1991).

Por ocasião da conclusão da ferrovia – entre 1914 e 1915 – Campo Grande, Aquidauana e proximidades passaram a receber grande parte dos imigrantes de *Okinawa* que trabalharam como subempreiteiros de obras para a construtora da ferrovia (ARCA, 1991). Com algum recurso acumulado, esses imigrantes adquiriram terras nas periferias da cidade de Campo Grande, passando a viver com a família na prática agrícola de abastecimento urbano.

Às margens do Córrego Segredo se localizou a maior parte dessas famílias que procurou se organizar, dando origem ao Núcleo de Colonização da Mata do Segredo. Outros se instalaram à margem de outros córregos da periferia urbana, em grande parte como arrendatários. Por volta de 1920, Campo Grande já contava com 50 famílias japonesas, sendo que 49 delas eram originárias do arquipélago de *Okinawa* (HANDA, 1987 citado por KUBOTA, 2008).

Diante da insuficiência de escolas de japonês e de formação escolar para os filhos, os imigrantes locais organizaram-se para construir e manter 3 unidades escolares na área rural entre 1918 e 1920. A presença de vendedores ambulantes

de frutas, verduras e aves foi um dos traços culturais da cidade dessa época (ARCA, 1991).

Durante a Segunda Guerra Mundial, as iniciativas de cooperação do Núcleo de Colonização japonesa em Campo Grande para se manterem como colônia e manter suas escolas foram interpretados como segregacionistas, resultando em perseguições por parte do Estado. Diante da dificuldade de integração dos filhos na vida da sociedade, após a Guerra, a colônia japonesa acabou criando dois centros de aglutinação social: o do Cruzeiro e o Clube *Okinawa* (ARCA, 1991). Em 1958, esse contingente de imigrantes japoneses já havia crescido para 600 famílias, dentre as quais as de origem utinanchú representavam 75% (HANDA, 1987 citado por KUBOTA, 2008).

2.2.2 Segundo fluxo migratório

No Brasil, um novo período imigratório foi organizado pelos japoneses em acordo com as autoridades brasileiras a partir de 1926, embora os fluxos mais dinâmicos se dessem entre 1928-1934. Foram favorecidos pela a eclosão da Primeira Guerra Mundial, quando se deu a interrupção dos fluxos imigratórios europeus para o país (ITOKAZU, 2000). Dessa vez, empresas colonizadoras japonesas optaram por subsidiar o processo imigratório, associadas à “Federação das Associações Ultramarinas” com sede no Japão, criada em 1927. Essas empresas operaram em áreas concedidas pelos Estados de São Paulo, Paraná, Pará para desenvolver o cultivo de café e algodão, baseado no recrutamento familiar (ITOKAZU, 2000).

Nesse período, as famílias de imigrantes japoneses foram conduzidas em terras loteadas pelas empresas colonizadoras nas velhas zonas cafeeiras do Oeste Paulista, atraídas pela promessa de riqueza e terras baratas (SOUSA, 2008). Um dos destaques nesse processo de assentamento dos imigrantes era a Sociedade Colonizadora do Brasil (BRATAC) de capital japonês com a participação do governo do Japão, que mantinha relações diretas com exportadores de algodão para o Japão, especialmente com a Sociedade Algodoeira do Brasil-Japão (BRAZCOT) fundada em 1936. A prática da BRATAC era adquirir fazendas, implantar infra-estrutura necessária ao escoamento de produtos e dividi-la em pequenos lotes,

vendidos e às vezes financiados, quase que exclusivamente a japoneses imigrantes (SOUZA, 2008).

Na realidade, havia intenção dessa empresa japonesa em assegurar as condições de fixação dessas famílias no Brasil em pequenas propriedades de agricultura comercial. À idéia era não deixá-las isoladas, e sim induzi-las e apoiá-las a implantar núcleos de colonização de forma planejada. Por meio da organização de cooperativas e um banco na área agrícola, a colonizadora fornecia vários serviços aos colonos. Desse modo, a colonizadora assumia a escola, hospitais e subvencionava as atividades culturais. Além disso, procurava monitorar as ações conduzidas pelos mesmos (SOUZA, 2008).

Em 1959, a empresa colonizadora criada com apoio do governo japonês - a *Japan Migration and Colonization* (JAMIC) - no Brasil registrada como Imigração e Colonização Ltda (JAMIC), praticava o desdobramento do modelo implantado pela BRATAC no Estado de São Paulo (COSTA, 2011). Adquiriu em Mato Grosso do Sul uma fazenda de 3.600 hectares, junto da estação de trem Pedro Celestino, a 18 km da cidade de Terenos e a loteou em pequenos pedaços de 25 hectares, que deu origem à Colônia de Várzea Alegre.

Diante do insucesso com as 9 primeiras famílias que chegaram em 1959, com a prática do cultivo de arroz, algodão e frutas, foi implantado com apoio da empresa colonizadora um projeto de granjicultura para produção de ovos. Em 1962, foi implantada a Cooperativa Agrícola Mista de Várzea Alegre para favorecer a comercialização, com unidade instalada em Campo Grande. Aos poucos, buscou-se associar à granjicultura a prática da lavoura e da criação de gado (ARCA, 1991). A cooperativa acabou sendo dissolvida em 1983, com a criação da Fazenda Várzea Alegre. Por iniciativa dessa colônia, surgiu a Associação Cultural Nipo Brasileira de Várzea Alegre e a Festa do Ovo, esta a partir de 2008.

2.2.3 Contingente e dinâmica dos Imigrantes japoneses de *Okinawa* no Brasil e Campo Grande

Em 1998, na comemoração dos 80 anos da imigração japonesa, o presidente da Assembléia Legislativa da Província de *Okinawa* apresentou em seu discurso uma estimativa de cerca de 1.300.000 descendentes nikkeis no Brasil,

sendo que cerca de 160.000 eram descendentes de *Okinawa Kenjin*. No Brasil, Campo Grande abrigava nessa época, a segunda maior população de *okinawas* e a terceira maior colônia japonesa das cidades brasileiras.

No final dos anos 90, já havia cerca de 5 mil famílias de descendência japonesa em Campo Grande, com a maioria constituída por descendentes de *Okinawa*, ou sejam entre 60 a 70% do total (HANDA, 1987 *apud* KUBOTA, 2008).

Importante ressaltar que os integrantes desse segmento étnico imigrante e seus descendentes passaram por um processo de urbanização em todo o Brasil (KANASHIRO, 2000). A nova geração foi sendo preparada para ser educada em nível escolar superior, com formações profissionais que substituiriam a atividade agrícola por atividades urbanas. E esse processo ocorreu no âmbito de uma estrutura familiar, mesmo suburbana (pequena lavoura) ou urbana. Os filhos têm sido culturalmente considerados indispensáveis no negócio familiar e auxiliam a família quando não estão fazendo os deveres escolares e acadêmicos (KANASHIRO, 2000).

Muitos deles se transformaram em profissionais liberais (médicos, engenheiros, entre outros) ou então do comércio e serviços e ascenderam na escala social. Esse período foi fundamental para a integração desses descendentes de famílias imigrantes junto à sociedade brasileira (KANASHIRO, 2000). A passagem dos filhos pela universidade tem possibilidade a ascensão, prestígio social e a constituição de uma camada social de renda média de natureza urbana (KANASHIRO, 2000).

O processo migratório reverso que se deu em direção ao Japão pelos dekassegui, descendentes de imigrantes japoneses, como mão-de-obra industrial, a partir dos anos 80 do século XX, tem contribuído para reforçar também a “identidade brasileira” dessa nova geração (KANASHIRO, 2000). Aliado a isso, a globalização vem propiciando o retorno à valorização das identidades de origem dos ancestrais (japonesa e *okinawa*). Essa afirmação identitária das novas gerações vem se dando em dupla face, ou seja, como nipo-brasileiro. De um lado a identidade do país de origem de seus ancestrais e, de outro, a afirmação do sentimento e auto-estima do “ser brasileiro” (KANASHIRO, 2000).

2.3 ORGANIZAÇÃO ASSOCIATIVA DOS IMIGRANTES DE OKINAWA

Os imigrantes *okinawas* se sentiram desfavorecidos pela política do Estado Nacional brasileiro, enfrentando conflitos no trabalho e de ordem cultural no cotidiano vivido dentro das fazendas de café. As táticas de sobrevivência criadas pelos *okinawas*, contra as condições consideradas adversas por eles, tais como fugas e descumprimento dos contratos, foram consideradas pelo governo brasileiro um “distúrbio da ordem”, passando a serem considerados imigrantes “problemáticos” (AOKB, 2002). O Ministério das Relações Exteriores passou a proibir a entrada no país de japoneses vindos de *Okinawa* em 1913.

Os imigrantes de *Okinawa* que permaneceram no país organizaram nos seus territórios de vivência, pequenas associações, como aquele de Santos em 1916 e Ana Dias, a partir das quais realizaram movimentos de indignação frente a essa medida governamental de discriminação (AOKB, s/d).

Em 1922, conforme informa a Associação *Okinawa* de Campo Grande, a cidade também abrigou a primeira entidade associativa de imigrantes *Okinawa-kenjin*, sendo criadas associações semelhantes em algumas colônias no Município.

Em 1926, o governo brasileiro acabou liberando o processo imigratório dos japoneses de *Okinawa*, exigindo para esse fim, a constituição de uma entidade que se responsabilizasse pela assistência de orientação e educativa desses imigrantes, de modo a favorecer sua fixação no país. Foi criada nesse mesmo ano, a *Zen-Haku Ryuyokyokai*, com a sede em São Paulo e 46 regionais, contando com 2.300 associado (AOKB, 2002).

Essa associação, como todas as outras de origem japonesa, teve suas atividades interrompidas pelo governo brasileiro entre 1941, em função da participação do Japão na guerra mundial ao lado da Itália e da Alemanha (AOKB, 2002). Mas, em 1947, com o término da guerra, os imigrantes de *Okinawa* que estavam no Brasil, com apoio da Cruz Vermelha, organizaram um movimento de assistência às vítimas da guerra. De acordo com a AOKB (2002), foi criada extra-oficialmente para esse fim a associação “*Okinawa-Kyu-En-linkai*”, transformada mais tarde em Associação Cultural e Assistencial de *Okinawa* (*Okinawa Bunka Kyusai Kyokai*).

Após o fim da Segunda Guerra, *Okinawa* passou a viver o caos da derrota. Era grande o número de pessoas que se refugiavam no arquipélago e que

perdiam suas terras, confiscadas para a construção das bases militares norte-americanas. Cientes dos vários problemas, os imigrantes de *Okinawa* no Brasil uniram-se para dar assistência às vítimas da Guerra (AOKB, 2002).

Em 1953, uma nova associação foi oficializada como o nome de "Associação Ultramarina no Brasil (Zenpaku Kaigai Kyokai)", reiniciando-se o processo imigratório. Em 1955 em Assembléia Geral Ordinária, esta associação passou a denominar-se *Zaihaku Okinawa Kyokai* (Associacao Okinawa do Brasil), com sede social instalada em São Paulo, responsável pela recepção dos imigrantes do pós-guerra (AOKB,2002).

Em Campo Grande, a partir de 1954, segundo consta do histórico da associação local, as associações existentes passaram a abrigar as novas levas de imigrantes vindos de *Okinawa* e apoiar aqueles que seguiam com destino à Bolívia pela ferrovia. A associação também amparou com recursos em medicamentos e alimentos os imigrantes que foram constituir colônias na Bolívia, Província de Santa Cruz, vitimados por epidemias.

Em 1977, a denominação foi alterada para *Zaihaku Okinawa Kenjinkai* (Associacao dos Provincianos de *Okinawa* no Brasil), posteriormente denominada de Associação *Okinawa Kenjin* do Brasil (AOKB), sediada no bairro da liberdade em São Paulo capital (Imgem 1).



Imagen 1 - Associação *Okinawa Kenjin* do Brasil (AOKB).
Fonte: Arquivo da pesquisadora (2011).

Durante as comemorações dos 70 anos de imigração, a sede em São Paulo construiu um grande salão de eventos, para funcionar como Centro de Atividades dos *Uchinanchu*. Na comemoração dos 80 anos, foi criada a quadra esportiva da sede e foi organizado um calendário anual de eventos ligados às artes tradicionais de *Okinawa*, como a musica e a dança *Ryukyu*. Em meados da década de 90, a sede da associação passou a realizar intercâmbios com as sub-sedes regionais, com apresentação de eventos semelhantes aos da sede.

De acordo com o presidente Shinji Yonamine em 2011 (Imagem 2), a AOKB promove a integração entre as famílias dos imigrantes e de seus descendentes e cerca de 5 mil famílias frequentam os eventos do calendário de *Okinawa*.



Imagen 2 - Presidente da AOKB, 2011
Fonte: Arquivo da pesquisadora (2011).

A AOKB dispõe de um acervo cultural que reúne jornais periódicos, artesanatos, esculturas, quadros dentre outros objetos representativos da cultura de *Okinawa* reunidos no Museu da Imigração que é aberto à visitação pública (Imagen 3).



Imagen 3 - Museu da Imigração (AOKB), 2011.
Fonte: Arquivo da pesquisadora (2011).

Dentre os objetos disponíveis no acervo da associação, que podem ser apreciados nas fotos 4 a 6, destaca-se a cerâmica produzida em *Okinawa*. Atividade de longa tradição, seu desenvolvimento se deu a partir do século XVI com a introdução de conhecimentos trazidos por ceramistas coreanos, que com a ajuda de ceramistas locais, que dominavam a tecnologia de Satsuma e da China, instalaram em Tsuboya, região da prefeitura de Naha, um forno para a produção de toda a cerâmica do Reino de Ryukyu (AOKB, 2011).



Imagen 4 - Acervo Museu da Imigração (AOKB).
Fonte: Arquivo da pesquisadora (2011).



Imagen 5 - Acervo Museu da Imigração (AOKB)
Fonte: Arquivo da pesquisadora (2011).

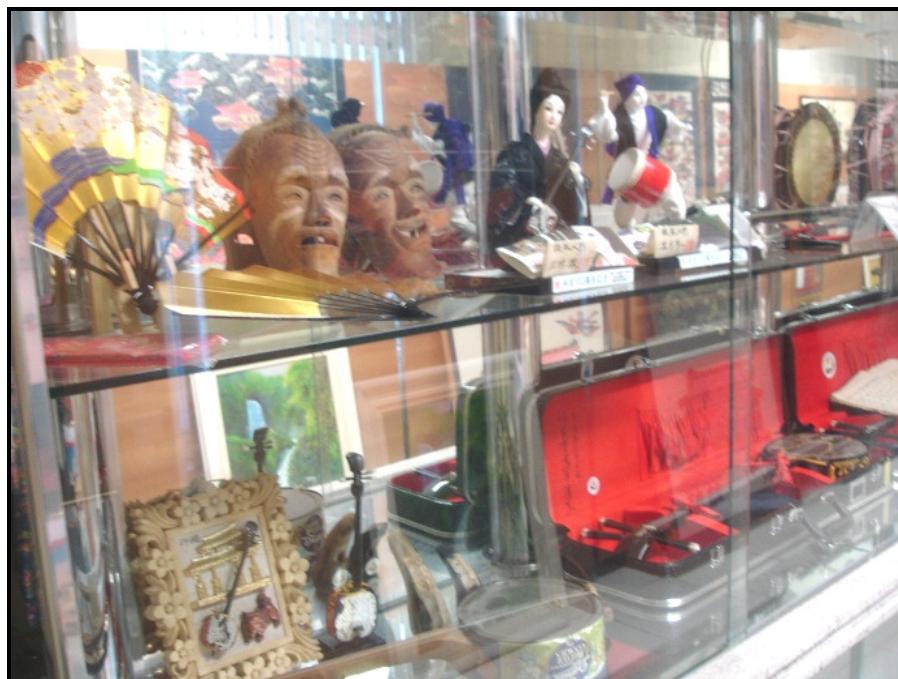


Imagen 6 - Acervo Museu da Imigração (AOKB)
Fonte: Arquivo da pesquisadora (2011).

Em Campo Grande, a Associação *Okinawa* de Campo Grande-MS foi fundada em 1922 e até 1962 funcionou nas dependências da atual Associação Esportiva e Cultural Nipo-Brasileira. Atua como entidade regional (Kenjinkai) para preservação e divulgação da cultura, arte e folclore da Província de *Okinawa*. Desenvolve uma variedade de atividades sócio-culturais. A Associação contava em 2011, com 468 famílias associadas, envolvendo mais de 2.000 pessoas. Entre

esses, cerca de 20% pertencem a outras etnias, o que demonstra abertura dessa comunidade para os não descendentes de *Okinawa*.

Além do ensino da língua japonesa, tem destaque na divulgação da cultura artística musical e das artes cerâmicas e em papel (*origami*). O conjunto de instrumentos musicais de percussão com tambores - os maiores denominados de *taikô*, e os menores de *Shimê* e *Paranku* - são executados com toques e coreografias ao ritmo de coros vocais e músicas folclóricas e populares típicas de *Okinawa*. Essa prática artística é muito difundida no *Matsuri*, festival que ocorre em todo mês de julho na Província de *Okinawa* e atrai um grande número de jovens utinanchu do mundo inteiro.

A finalidade é agradecer a boa colheita, prestar reverência aos antepassados e orar pela paz e prosperidade dos povos. Anualmente sete descendentes utinanchu vão a *Okinawa* e o mesmo número de vêm desse arquipélago ao Brasil. A Associação *Okinawa* é aberta a toda sociedade campograndense. Segundo as informações da mesma, participam dela 457 famílias associadas, das quais cerca de 30% pertencem a outras etnias.

Observa-se que mesmo diante de tantas adversidades o povo utinanchu tem conseguido ser solidário o suficiente para criar um campo de forças de autoajuda e preservar sua cultura e unidade étnica, sem se fechar ao diferente.

Desde 1990, o governo da Província de *Okinawa* passou a realizar o 1º Festival *Uchinanchu* (*Sekai No Uchinanchu Taikai*), com a participação de várias delegações das comunidades *okinawas* do mundo, totalizando 150 embaixadores e que vem acontecendo a cada 5 anos (YONAMINE, 2011). No primeiro ano, o festival conseguiu reunir 2.397 participantes e na quinta edição, realizada em 2011 chegou a aproximadamente 5.200 participantes, dentre eles, quase 1.200 do Brasil.

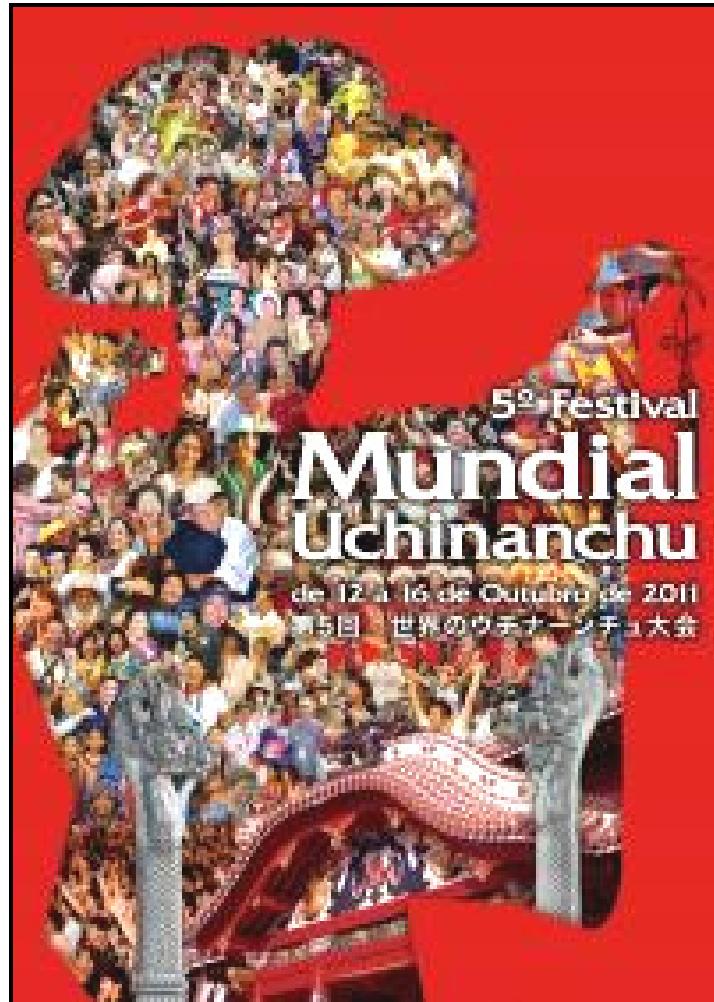


Imagen 7 - Cartaz Festival *Uchinanchu*
Fonte: Museu da Imigração (AOKB) (2011)

3 RETERRITORIALIZAÇÃO *UCHINANCHU* EM CAMPO GRANDE

O presente capítulo tem por objetivo apresentar e refletir a reterritorialização *uchinanchu* em Campo Grande, por meio de suas práticas socioespaciais realizadas na realidade concreta da cidade de Campo Grande/MS, no ritmo ordinário da vida cotidiana, com especial atenção ao sobá, seu principal elemento cultural de negociação.

3.1 A ARTE SILENCIOSA DE CRIAR ESTRATÉGIAS DE AÇÃO NO COTIDIANO VIVIDO

A chegada dos imigrantes de *Okinawa* em Campo Grande, como se pôde apreciar no capítulo anterior, ocorreu em contextos e circunstâncias desfavoráveis para sua reterritorialização, seja em 1909 ou no período do Pós-Guerra.

As dificuldades para manter sua sobrevivência nos territórios de destino, diante desses contextos, exigiram uma variedade de esquemas de ação, com diferentes lógicas operatórias, realizadas em suas práticas cotidianas. Os atos considerados, como subversão da ordem, não tinham significado rejeição ao território em que se inseriam. A rejeição era pela forma como as regras lhes estavam sendo impostas, apresentando-se com fins e referências estranhas à sua cultura de origem.

3.1.1 Práticas estratégicas nas chácaras de abastecimento urbano

A função de horticultores desempenhada pelas famílias de imigrantes *uchinanchu* nas chácaras suburbanas de Campo Grande, no início do século XX, quando do término da construção da estrada de ferro, apareceu como mais uma estratégia de reterritorialização, diante da ausência desses fornecedores para as constantes necessidades urbanas. A chácara transformou-se no espaço selecionado, para um tipo de prática cotidiana, que num certo período de tempo,

lhes permitiu expansões para se atingir uma maior autonomia, diante das incertezas do futuro. Esse novo esquema de ação requeria um tipo estratégico do saber fazer ligada ao cultivo hortícola que os *uchinanchus* já haviam incorporado no território vivido de *Okinawa*. A tática implicava na escolarização dos filhos para ocuparem num futuro calculado, funções urbanas liberais prestigiadas como aquelas relacionadas com a medicina, engenharia, direito, arquitetura.

Como chacareiros, situados junto às nascentes do córrego Segredo, os imigrantes de *Okinawa*, serviram-se no tempo calculado, da prática cotidiana da venda de verduras a domicílio, por meio de carroças, atingindo um grande conjunto de moradias urbanas. Por meio dessas práticas de caminhamentos pelas ruas da cidade, os integrantes da comunidade *uchinachu* de Campo Grande ampliaram seus relacionamentos sociais e puderam acumular os recursos financeiros e sociais calculados para seus objetivos.

3.1.2 Práticas estratégicas no cotidiano do espaço escolar

Tais táticas implicaram em jogar com os acontecimentos e criar novas ocasiões que funcionassem como oportunidades. Uma delas foi a criação da própria escola, para poder escolarizar seus filhos, quando as circunstâncias novamente se mostraram ameaçadoras a seus cálculos.

Ocorre que no período em que os imigrantes de *Okinawa* se tornaram chacareiros, Campo Grande sofria retaliações por parte de alguns segmentos políticos da oligarquia cuiabana, por apresentar uma urbanização mais dinâmica que Cuiabá, a então capital do Estado, isso em função da passagem da ferrovia (LE BOURLEGAT, 2000). Essa rivalidade se manifestava por meio do retardamento de algumas infraestruturas que dependiam do governo estadual e, nesse aspecto, a infraestrutura escolar constituía o maior gargalo (LE BOURLEGAT, 2000). Em 1912, havia sido criado o primeiro grupo escolar, mas que ficara apenas no papel. Por pressão dos militares, a primeira escola foi inaugurada em 1922.

Por esforço coletivo dos imigrantes chacareiros, em área doada por Jiro Oshiro e ainda doação de materiais de construção pelos outros imigrantes, foi construída em 1918, a Escola de Língua Japonesa Hanja, na área rural, em que um deles se tornou o professor de 12 alunos (VIEIRA et al, 2010). Os riscos que as

crianças enfrentavam no trajeto da escola, envolvendo travessia da ferrovia e de um córrego e poças de água, conduziu a um novo esforço tático de transferir a escola da área rural para a área urbana, ocorrida somente em 1924 (VIEIRA et al, 2010).

No entanto, isso ocorrera no governo Vargas, para quem uma escola ligada a uma colônia estrangeira contrariava a política nacionalista, motivo pelo qual foi ordenado seu fechamento. Com apoio de alguns relacionamentos já construídos com brasileiros, procedeu-se a uma nova tática. Em 1927, a escola passou a se chamar Visconde de Cairú abrigando, não só alunos descendentes de japoneses, como de outras origens, atribuindo-lhe uma característica multicultural, característica que ainda mantém nos dias atuais (VIEIRA et AL, 2010).

Tem sido significativo o contingente de descendentes dessas várias famílias de imigrantes de *Okinawa*, que ao longo desses anos tem galgado posições de prestígio na sociedade sul-mato-grossense, no exercício das funções liberais. O cumprimento desse objetivo tem significado, para várias das famílias de chacareiros, o abandono dessas práticas suburbanas, em favor das práticas urbanas.

3.1.3 Práticas estratégicas no cotidiano do espaço da feira urbana

O fim da instalação da ferrovia, em 1914, coincidira com o início da Primeira Guerra Mundial, quando se deu a valorização da carne no mercado mundial, repercutindo no dinamismo das fazendas de gado, encaminhados por trem aos frigoríficos de São Paulo (LE BOURLEGAT, 2000). Com a euforia da exportação do gado, a população estadual em 1919 chegou a duplicar em relação a 1900. Campo Grande estava entre os Municípios que lideravam essa exportação dentro do Estado e havia se transformado no maior entreposto comercial de gado do Estado, tendo sido elevada à categoria de cidade em 1918 (VIEIRA et al, 2000).

A ferrovia havia se transformado no eixo de maior importância na aglutinação do povoamento e o governo estadual havia estimulado os empreendimentos de colonização de agricultores familiares ao longo dela (LE BOURLEGAT, 2000). O objetivo principal era que essas famílias de agricultores conseguissem reproduzir sua subsistência e abastecer com excedentes os núcleos urbanos implantados ao longo da ferrovia. A Colônia Agrícola de Terenos, constituída inicialmente de imigrantes estrangeiros, especialmente europeus, desde

1921, era a mais importante delas. Havia resultado de um empreendimento frustrado de uma colonizadora alemã – a Sociedade Territorial Sul Brasileira - H. Hacker & Ciaum – com o objetivo de assentar imigrantes europeus que fugiam das consequências maléficas da Primeira Guerra. Como muitos colonos retornassem, o empreendimento acabou tendo que ser assumido pela Intendência Geral de Campo Grande em 1924 (COSTA, 2011).

A partir do momento em que a Colônia de Terenos passou ao controle do Município de Campo Grande, para ela passaram a afluir migrantes brasileiros, especialmente nordestinos deslocados de fazendas de café de Campo Grande. Em 1926, estes já haviam se tornado a segunda população mais importante (COSTA, 2011). Com a crise de 1929 e a ruína das fazendas cafeeiras, Terenos passou a abrigar um contingente ainda maior de migrantes brasileiros nordestinos, obrigando as autoridades do Município de Campo Grande a ampliarem a colônia, conhecida como Colônia Nova.

Nesse contexto, considerou-se importante ordenar a cidade, criada em 1918, inspirada em princípios urbanísticos europeus, que ajudavam a qualificar os espaços funcionais no quadro da rede de relações ali estabelecidas.

3.1.3.1 Emergência da feira e a nova oportunidade estratégica

Em 4 de maio 1925, foi instituída a Feira Municipal de Campo Grande, pelo Ato nº 17 e o espaço da cidade que deveria ocupar, assim como o tempo cotidiano destinado a tal prática. O primeiro espaço pensado para alojar os feirantes foi a Avenida Afonso Pena, e as práticas deveriam ocorrer apenas aos sábados com horário previsto das 8 às 16 horas (ARCA, 1995).



Imagen 8 - Feira Municipal de Campo Grande – década de 1920
Fonte: Arquivo Municipal de Campo Grande

Essa decisão política do Município teve que ser rapidamente alterada, tanto em relação ao espaço como ao tempo planejado para o evento da feira e de forma vigiada. Em 22 de abril de 1927, por meio da resolução 140, a Feira passou a funcionar no chamado “Largo da Feira”, às quintas-feiras e domingos, das 6 às 10 horas sob a supervisão de fiscais da municipalidade (ARCA, 1995).

A oferta dos produtos vindos principalmente da Colônia Agrícola de Terenos complementava, no abastecimento urbano, aquela originária dos imigrantes chacareiros de *Okinawa* (NASCIMENTO, 1993). Da Colônia Agrícola de Terenos procediam, especialmente, os cereais (arroz) e a carne de porco, além de alguns produtos transformados, como o queijo, rapadura, manteiga, farinha de mandioca (NASCIMENTO, 1993). E dos chacareiros procediam basicamente verduras, frutas e ovos. O novo espaço da feira no largo se tornara estratégico, por estar próximo da ferrovia e do armazém de estoque dos produtos excedentes da colônia que chegavam por ela, que era onde passou a funcionar posteriormente, a Escola Osvaldo Cruz (NASCIMENTO, 1993). E a cidade, em 1930, conforme Le Bourlegat (2000) já apresentava uma população em torno de 12.000 habitantes.

3.1.3.2 *Conquista do Mercado Municipal*

As circunstâncias em que funcionava a Feira Municipal no espaço e tempo, frente ao acúmulo e diversificação de comerciantes e consumidores no Largo tiveram que ser novamente repensadas. O arranjo dos feirantes e de suas mercadorias ocorria de forma espontânea, com produtos colocados no chão, sem cobertura, expondo os feirantes, produtos e os frequentadores à chuva (NASCIMENTO, 1993). A ideia de um Mercado Municipal tornou-se a aspiração comum dos feirantes e na cidade, como um ideal de um recinto mais planejado em termos de distribuição dos pontos e da segurança dos produtos e pessoas, incorporada pelo Município, que passou a construí-lo em 1957, entregue no ano seguinte.

É preciso lembrar que com a retomada do processo imigratório japonês a partir de 1959, foram implantadas nos arredores de Campo Grande, mais três colônias japonesas (Quebra Coco, Várzea Alegre e Dois Irmãos), junto a estações da ferrovia em Terenos e Sidrolândia. Elas foram constituídas num processo de colonização dirigida, segundo Costa (2011), por acordo entre os governos japonês e brasileiro, mediado pela Japan Management Immigration Company (JICA), empresa responsável pelo assentamento de japoneses em diversas partes do globo (COSTA, 2011). A presença dessas novas colônias, até certo ponto, representou ampliação na oferta de excedentes para o abastecimento urbano.

O Mercado Municipal acabou ganhando importância com o afluxo de excedentes que chegavam pela ferrovia e dele, somente alguns dos imigrantes chacareiros de *Okinawa* conseguiram usufruir da oportunidade.

3.1.3.3 *Continuadores da prática microbiana em dois espaços combinados: chácara e Feira Municipal*

Aqueles que não se inseriram no novo espaço construído do Mercado Municipal viram-se obrigados a continuar se sujeitando às práticas da combinação entre produção em chácara e comércio na feira, que passou a ocorrer em novas localizações das ruas urbanas.

Até 1958, a feira passou a se organizar na Rua 15 de Novembro, entre a Av. Calógeras e a Rua 14 de julho. A partir de então, foi para a Rua Antônia Maria Coelho (entre as ruas Pedro Celestino e Treze de Maio), onde permaneceu até 1963 (ARCA, 1995). Os novos deslocamentos ocorriam, basicamente, frente às constantes reclamações dos moradores das imediações, em função do fluxo de pessoas, carroças e automóveis e da sujeira que permanecia no término de cada operação (NASCIMENTO, 1993).

Diante de novas pressões dos moradores junto ao Poder Público Municipal, em 1964, a feira foi novamente transferida para um local mais distante do centro urbano. O novo espaço passou a ser aquele conformado pelas ruas José Antônio, Abrão Julio Rahe e Padre João Crippa (ARCA, 1995). Continuou a funcionar duas vezes por semana, às quartas-feiras e sábados, com maior tempo de duração. Às quartas-feiras, a feira tinha início às 6 horas da manhã e continuava até 1:30 horas do dia seguinte. Aos sábados, iniciava mais cedo, ou seja, 5 horas da manhã e permanecia até às 6 horas do dia seguinte. Esses horários foram sendo esticados até o meio dia do dia seguinte.

As condições de trabalho dos feirantes eram inhóspitas, insalubres e inseguras. Além de melhores soluções nesse sentido, os feirantes reivindicavam um ordenamento oficial da Prefeitura a respeito do uso do espaço e da forma de funcionamento interno da feira. A partir de 1967, com base no Decreto nº 3112, a Feira foi dotada de uma “Planta Cadastral” e se tornou obrigatório o uso de toldos de Iona (Idem, 1993). A feira, manifestada ao longo das ruas, foi estruturada em linhas de bancas e barracas paralelas, com um número mais concentrado de linhas e barracas na rua Abrão Julio Rahe. Essa estrutura também recebeu uma setorização pela natureza dos produtos vendidos (NASCIMENTO, 1993).

3.1.3.4 Inserção do sobá nas trocas comerciais

O sobá é um prato típico da culinária japonesa, específico de *Okinawa* desde o século XIV, herdada do tempo em que a mesma se encontrava sob o domínio dos chineses, degustado tradicionalmente na passagem do ano. Ao ser anexada pelo Japão, o sobá disseminou-se nesse país, especialmente junto dos

budistas, como base da alimentação dos religiosos nos templos, mas em Edo (atual cidade de Tókio), também se popularizou rapidamente.

Apresenta como ingrediente principal um tipo de macarrão artesanal de trigo sarraceno ou mouro de alto teor nutritivo, misturado à farinha de trigo e sovado com água de cinza e madeira. A massa fica um pouco escura e é cortada artesanalmente em fios e cozida em água. Ela é servida, geralmente em cumbuca, acompanhada originalmente de um molho especial, cebolinha, tiras de omelete e carne suína.

O sobá só chegou ao Brasil, no início do século XX, trazido pela migração japonesa (utinanchu), embora como um prato saboreado por outros japoneses e descendentes. Em Campo Grande, até os anos 50 e 60, o sobá era um prato conhecido apenas dos imigrantes de *Okinawa*, de outros japoneses e descendentes. Precavidos historicamente em esconder os elementos de sua cultura, os okinawanos tinham a tendência de não se mostrar em algumas de suas práticas cotidianas diferenciadas que se relacionassem com sua cultura. E a forma de se alimentar era uma delas.

Como os feirantes morassem em área suburbana, para a qual o acesso era moroso, costumavam montar suas barracas à noite e precisavam dormir nelas. Conforme seus próprios relatos, os imigrantes instalavam-se na rua, sem qualquer tipo de estrutura que garantisse segurança ou higiene, o que é característica das feiras de comércio popular. Traziam toda a família e todos trabalhavam para garantir que os produtos trazidos do campo fossem vendidos. Não era de se estranhar crianças dormindo em pequenos caixotes que serviam como berços enquanto seus pais e irmãos mais velhos trabalhassem. “Eu cansava de vir da chácara para a feira. A gente dormia na barraca, quando tava tarde. Não tinha onde descansar e dormia ali mesmo” (N.N.K, 2012).

Os imigrantes japoneses de *Okinawa*, conforme relatam, procuravam trazer os ingredientes de casa para preparar o sobá na própria barraca, por considerá-lo de rápido preparo. Alguns deles se irmanavam nessa tarefa e se alimentavam juntos. Mas também havia caso em que isto ocorria em recinto de outro imigrante amigo, morador da cidade. Em todos os casos, eles se intimidavam com a visibilidade de seus hábitos. Assim, na feira ou fora dela, segundo eles, o prato era consumido escondido, atrás das cortinas das barracas. Uma das críticas que

notificam terem recebido frequentemente, relacionava-se ao barulho no ato de sugar o macarrão e caldo da cumbuca com ajuda do hachi.

No entanto, como sempre foram abertos, alegres e afáveis, não raro, se viram diante de brasileiros amigos que tentavam desvendar o esconderijo improvisado para saber do que se tratava. Muitos dos que saborearam o sobá gostaram, ato que acabou se tornando frequente no cotidiano da feira. Ao se referir aos feirantes imigrantes que se alimentavam do sobá, uma feirante entrevistada assim se manifestou: “Eles tinham vergonha de comer o sobá na frente dos brasileiros, comiam escondido porque fazia barulho” (N.N.K, 2012). E acrescentou:

O sobá era alimento da casa da gente. Meu sogro, em 1954, tinha um restaurante que servia só sobá. Quem comia era só japonês que saía das chácaras em volta de Campo Grande, para vir na feira vender o que plantava na roça.

[...]

Meu sogro tinha um restaurante, ele fechava com panos né, com lençol. Somente os japoneses comiam lá. Mas logo tinha brasileiro perguntando o que eles comiam. Meu sogro viu que eles começaram a experimentar e passou a vender para brasileiro também. Mas tinha japonês que não gostava, porque tinha vergonha de comer na frente dos outros (N.N.K, 2012).

No relato dos imigrantes feirantes entrevistados, os dois irmãos feirantes – Hiroshi e Tsiyoshin Katsuren – decidiram em 1966, vender o sobá a outros feirantes nipônicos. A iniciativa dos irmãos consistiu em inserir o sobá, até então um valor de uso, no circuito das trocas comerciais, diante da oportunidade da demanda, reformulando seus objetivos de atuação dentro da Feira. No aporte das teorias de Certeau (1994), essa iniciativa tática envolvia reapropriação do tempo e espaço vivido, ou seja, reterritorialização. Tal solução inovadora baseava-se numa estratégia do saber fazer como cultura herdada e supunha uma nova ação calculada (tempo) na Feira Municipal (espaço comercial e de interações sociais vividas).

O sucesso da iniciativa produziu a disseminação silenciosa e repetitiva dessa nova prática no espaço da Feira, requalificando sua ordem anterior. O aumento de adeptos a esse tipo de refeição foi sendo ampliado, entre os feirantes não-japoneses, até a sobaria se transformar em negócio, que acabou sendo

ampliado com a adesão dos consumidores dos produtos da Feira. Aos poucos, segundo os relatos, foram emergindo as barracas-restaurantes, com posições cada vez mais privilegiadas dentro da Feira e conduziram a expansão do horário de funcionamento para o período noturno.

Essa prática de jantar na feira às quartas-feiras e aos sábados à noite teve adeptos em praticamente toda sociedade. Descobertas as barracas-restaurantes pelos jovens campo-grandenses que saíam de festas noturnas dos sábados, foi sendo criado o hábito de jantar na Feira também nas madrugadas. A Feira Central foi se tornando, ao mesmo tempo, um local de compras e de lazer. A caminhada pela Feira não se dava mais apenas para consumir, mas também podia ser apenas para dar um passeio, ou então uma oportunidade de paquera. Acabou por se transformar no principal espaço de encontro e integração social da cidade, sem definição de estratos sociais. Pessoas de variados segmentos sociais passaram a frequentar a feira. Somente as barracas de venda de produtos hortigranjeiros e mais tarde de artefatos passaram a fechar às 22 horas. As barracas-restaurantes avançavam pela madrugada. Nos anos 70 e 80, a cidade de Campo Grande havia recebido um forte afluxo de migrantes brasileiros de diversos Estados. Em 1990 havia se tornado uma cidade quarenta e quatro vezes maior do que em 1930, contando com 526.126 habitantes (IBGE). Os novos migrantes incorporaram os hábitos locais da Feira, favorecendo a ampliação das sobarias.

O comportamento alegre, afável e aberto do *uchinanchu*, aliado à sua habilidade comercial, compunham mais um saber-fazer, que se combinava àquele utilizado para produzir o sobá. No momento da venda, os feirantes foram se tornando sensíveis ao leque de sabores de seus consumidores e se adaptando a seus gostos. Desse modo, o sobá foi sofrendo modificações nos seus ingredientes, como se pode verificar na afirmação dessa entrevistada:

No restaurante o meu sogro fazia um sobá diferente, tinha conserva de nabo e bolinho de peixe chamado de kamaboco. O sobá de *Okinawa* pra mim é mais gostoso, não tem shoyu isso começou aqui (N.N.K, 2012).

Os feirantes imigrantes de *Okinawa* foram se impondo como presença na Feira. Em 1992, eles representavam 30,77% e as barracas de sobá 15,4% do total (NASCIMENTO, 1993).

O crescimento populacional baseara-se principalmente no acréscimo de camadas sociais de renda média, consumidora mais exigente de frutas e verduras. Ao mesmo tempo em que esse crescimento contribuía para ampliar as sobarias, adensar o movimento da Feira e diversificar os produtos ali vendidos, induzira novos negócios na cidade para o seu abastecimento. Surgiram os chamados “sacolões” em vários bairros e emergiam também os supermercados, que passaram organizar setores de produtos hortícolas.

A expansão urbana e os novos negócios levaram parte dos feirantes a organizar feiras nas periferias, período em que a Feira central passou a ser chamada de “feirona”. Por outro lado, as colônias agrícolas já tinham perdido expressão e competitividade, no abastecimento de Campo Grande e grande parte dos imigrantes chacareiros de *Okinawa*, cujos filhos estavam formados, estava desistindo do cultivo para focar maior atenção à sobaria e mesmo a outra atividade urbana. E isso se traduzia também em substituir a moradia rural pela urbana.

Nesse novo contexto, no início da década de 90, dois terços dos feirantes que se ocupavam da venda de frutas e verduras eram simples revendedores (NASCIMENTO, 1993). As frutas e verduras passaram a ser adquiridas por eles numa Central de Abastecimento de Mato Grosso do Sul (CEASA), provenientes especialmente de São Paulo.

As chamadas mercadorias de “cabeceira-de-feira”, como plásticos, sapatos, bijuterias e importados também buscavam espaço dentro da feira. E isso se dava em detrimento das barracas de verduras e frutas.

Todo esse conjunto de mudanças havia implicado em vantagens e problemas a serem novamente solucionados, percebidos especialmente nos anos 90, como também em disputas internas por espaço (NASCIMENTO, 1993). Embora, 70% dos feirantes quisessem continuar com a organização da Feira no mesmo lugar e horário, pelo fato de entenderem que a localização havia se tornado tradicional, segundo a autora, dois problemas básicos afligiam a todos. Um deles dizia respeito à maior segurança, diante de cenas constantes de vandalismo. E o outro era de natureza sanitária, ligado aos efluentes líquidos das barracas-restaurante e à ausência de sanitários, que afastavam os consumidores.

A montagem e desmontagem das barracas, especialmente no caso dos restaurantes tornaram-se mais complicadas e os equipamentos e mobiliários que delas passaram a fazer parte, exigiam gastos com policiamento noturno

(NASCIMENTO, 1993). O segmento mais afetado, que era o da sobaria, solicitava a possibilidade da barraca fixa, que acabou sendo conquistada posteriormente. A Prefeitura alegava que a atuação da sobaria era irregular e não tinha licença para atuar. Em realidade, as licenças tinham sido atribuídas às barracas de verduras e frutas, mas a alteração de seu conteúdo tinha sido iniciativa do feirante (NASCIMENTO, 1993).

Outro conflito com o Poder Municipal dizia respeito ao uso do espaço da Feira. Os feirantes melhor sucedidos foram ocupando vaga com duas ou três barracas, em detrimento de outros. Em 1987, o órgão de planejamento municipal informou a existência de 377 vagas disponíveis aos feirantes. Em 1992, quando foi feita a pesquisa, foram detectadas apenas 84 barracas (NASCIMENTO, 1993).

O adensamento de consumidores na Feira, conforme Nascimento (1993), teve impactos de outra natureza. Um deles era relativo à vaga para estacionamento de seus veículos (Idem, 1993). Mesmo os terrenos vazios ocupados para esse fim não solucionavam o problema, até porque 87% dos feirantes já vinham com seu próprio veículo, muitos deles, com pequenos caminhões. O outro problema decorria de reclamações dos moradores vizinhos, que eram especialmente de três naturezas. Uma era a dificuldade de estacionamento, inclusive por terem as portas de suas garagens fechadas por veículos estacionados. A segunda relacionava-se com o problema do odor e dos insetos, em função dos efluentes. E o terceiro era com a segurança, por serem vítimas frequentes de vandalismo por alguns frequentadores da Feira.

Todas essas questões levaram a equipe de planejamento do Poder Público Municipal pensar um local fixo para a Feira Central, mais protegido, dotado dos necessários padrões de higiene e com local para amplo estacionamento.

O debate durou alguns anos entre os próprios feirantes e na sociedade local. Considerava-se que a localização da Feira Central no tecido urbano da cidade, já fazia parte dos hábitos e costumes do povo campo-grandense, tendo sido incorporada aos roteiros turísticos da cidade (NASCIMENTO, 1993).

Na feira central não existe horário para chegar, toda hora é hora. O movimento é intenso o tempo todo, exaltando um clima de festa constante, aromas de flores, plantas, verduras, frutas, churrascos pairam no ar. Tudo pode acontecer. (DIÁRIO DA SERRA, 1987, p. 11).

Para um segmento social, a Feira havia permanecido por 40 anos no mesmo local (1964 a 2004), funcionando durante o dia para o comércio de frutas e verduras e nas noites de sábado estendendo-se pelas madrugadas de domingo. As pessoas tinham o hábito de sair das festas e ir comer sobá e espetinho na feira antes de irem para suas casas. Como espaço de integração, considerava-se a Feira como espaço de todos e a qualquer hora:

3.2 FEIRA CENTRAL DE CAMPO GRANDE

Desde 1987, o Instituto Municipal de Planejamento Urbano (PLANURB), havia apresentado a “Uma Proposta para a Feira Central”, fruto do reordenamento do espaço da antiga estação ferroviária, desativada quando os trilhos foram deslocados do centro para a periferia com amplo espaço para estacionamento e junto de um local para eventos, o “Armazém Cultural”. Em 16 de dezembro de 2004, com o Decreto 9.085, a Feira Central sai da rua e passa a ocupar um local fixo.

É preciso lembrar, que nem todos os feirantes participaram desse processo. Alguns deles passaram a partir de então a atuar fora do espaço da feira central.

3.2.1 A ordem racional espaço-temporal fixa da Feira Central

A nova Feira Central, como se pode deduzir, foi traçada e construída, à luz da racionalidade dos planejadores do Município. Ela passou a apresentar, a partir de então, uma estrutura fixa, planejado com toda a infraestrutura para receber a população e os turistas.

As 25 sobarias existentes foram galpões construídos em alvenaria e cobertura metálica, no espaço principal da Feira, ao longo da avenida de entrada, totalmente pavimentada (Imagens 9, 10 e 11). Os galpões das sobarias foram servidos de pias, paredes azulejadas, balcão, água encanada, esgotamento sanitário e luz elétrica, com banheiros públicos nas duas pontas da Feira. Ela fica fechada, quando não está em funcionamento.

Também foram construídas barracas para várias outras finalidades, como os produtos hortifrutigranjeiros, doces, importados, artesanato e bijuterias .



Imagen 9 – Modelo de Sobaria na Feira Central

Fonte: Arquivo da pesquisadora (2011).



Imagen 10 - Modelo de Sobaria na Feira Central

Fonte: Arquivo da pesquisadora (2011).

Junto com o sobá, como já se praticava desde a outra feira, são oferecidos outros pratos, de gosto e hábito regional, como o churrasquinho com mandioca.



Imagen 11 - Barraca N.S.
Fonte: Arquivo da pesquisadora (2011).

Além de submetidos à racionalidade do planejamento no ordenamento do espaço da Feira Central, os feirantes passaram a contar com a assessoria do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/MS) visando o planejamento racional de suas ações. Portanto, as práticas cotidianas passaram a ser mediatizadas pelo planejamento, de racionalidade instrumental.

Nesse processo de racionalização do uso do espaço-tempo, do qual a associação dos feirantes como a associação *Okinawa* tem tido ampla participação, tanto o espaço da Feira foi dotado de uma ordem fixada no espaço (estrutura e setorização das barracas, local dos sanitários, local dos sanitários, local do estacionamento, entre outros), como a ordem fixada no tempo foi ampliada (dia e horário de funcionamento da feira e agora uma agenda fixa de eventos). Para a realização da agenda e gestão dos eventos culturais foi estabelecida uma associação específica: a Associação da Feira Central e Turística de Campo Grande.

Nesse novo cenário de ordem, o feirante de origem *Okinawa* tem ganhado o principal destaque, com valorização de sua identidade. De um lado isso tem ocorrido por meio da quantidade e visibilidade de suas barracas, que aos poucos vêm sendo ornamentadas elementos que simbolizam a cultura *Okinawa*, por iniciativa dos próprios feirantes. De outro, dos integrantes da diretoria da feira, 50% apresentam nomes japoneses e as festas culturais valorizadas na agenda de eventos se reportam à cultura dos japoneses de *Okinawa*.

3.2.2 A territorialização no relato dos feirantes *Okinawa*

O feirante senhor F. A., 61 anos, filho de imigrantes okinawanos, relata a história de seus pais, a chegada e construção da vida em Campo Grande, que como a grande maioria dos imigrantes, vieram para trabalhar nas lavouras e posteriormente passaram a atuar na venda dos produtos nas feiras da capital e por fim no comércio de Sobá. Atualmente F.A. possui uma barraca de comércio de Sobá, espetinho e outros alimentos de origem japonesa.

Sou brasileiro, meu pai e minha mãe são de *Okinawa*, nasceram lá. Vieram pra cá em 1922 e se casaram no Brasil. Em *Okinawa* não tinha trabalho para eles por causa da segunda guerra, o povo lá passava necessidade. Queriam vir para o Brasil ganhar dinheiro depois voltar pra lá. Alguns até voltaram, não se adaptaram a viver aqui, mas a grande maioria ficou. (F. A.)

A vontade de prosperar, fez com que muitos imigrantes japoneses saíssem de *Okinawa* para se aventurar em terras brasileiras, muitos se adaptaram facilmente, pois o clima de Campo Grande-MS, segundo eles, é muito parecido com o de *Okinawa*. Comerciantes natos logo conquistaram espaço nas feiras da cidade e no Mercado Municipal com a venda de verduras e legumes.

Eu nasci aqui, só sei o que a família me contava. Meu pai quando chegou aqui foi trabalhar na roça, eles moravam na chácara e no início plantavam verduras e vinham para Campo Grande para vender na feira, primeiro quem trabalhava na feira eram os irmãos mais velhos do meu pai, depois ele começou a trabalhar também. (F. A.)

Muitos filhos de imigrantes tornaram-se trabalhadores autônomos, profissionais liberais ou passaram a ocupar cargos em grandes empresas que se instalaram na capital. O senhor F.A. trabalhou por anos em um banco privado e posteriormente seguiu o caminho dos pais, atuando como comerciante na Feira Central de Campo Grande.

Eu trabalhava em um banco e depois que saí eu vim trabalhar na feira, a família já tinha uma barraca de sobá, daí eu continuei e agora tenho a minha. Algumas pessoas da família trabalham aqui, o resto é contratado mesmo pra servir as mesas. (F. A.)

F. A. explica como sua família começou a trabalhar no comércio de legumes, verduras e posteriormente de sobá na feira:

Meu tios Hiroshi e Tsiyoshin Katsuren que começaram a vender o que plantava na feira. Depois veio sobá na feira, depois a família também começou a vender. Antigamente eles comiam o sobá escondido, tinham vergonha porque fazia barulho pra comer e tomar o caldo.

Os okinawanos não só trouxeram sua cultura e tradição, como também incorporaram os hábitos alimentares dos brasileiros, incluindo na sua dieta o “arroz e feijão” prato típico da culinária e consumido diariamente.

A gente em casa também come arroz e feijão, come sobá, come comida brasileira. Mas gostamos mais legumes, brasileiro come muita fritura. O sobá de Campo Grande é praticamente igual ao de lá, mas acho que mudou bastante. (F. A.)

A incorporação e ressignificação do Sobá pelo campo-grandense, ocorreu de forma natural, onde dois aspectos foram importantes, são eles: a receptividade brasileira à novas culturas e a desenvoltura e o talento comercial do povo de *okinawa*, que ao observar os alimentos disponíveis na nova terra, atentaram-se a adequação do prato ao paladar do campo-grandense. Surge então o “Sobá de Campo Grande”.

Em *Okinawa* era feito com a carcaça do porco. Aqui a gente faz com carne de vaca e de frango, porque eles aqui não gostam muito de

carne de porco. Eu acho que com carne de porco é mais gostoso, mas a gente vende os dois, depende do gosto do freguês. (F. A.)

Além da tradição de transferência do comércio de pai para filho, F.A. herdou também o cuidado com o negócio. Está presente em todos os dias de funcionamento da Feira Central, para ele o caixa deve ser sempre função do proprietário do comércio, e ressalta a importância de acompanhar pessoalmente o movimento na barraca.

Aqui a gente trabalha junto, cada um faz um pouco. Tem que cuidar os dias de movimento, se não cuidar, fica cliente sem ser atendido. Na quarta e no sábado é bem movimentado, tem que cuidar o tempo todo para ninguém sair chateado, porque depois o cliente não volta, vai comer na barraca do vizinho. (F. A.)

Existem diversos comerciantes de uma mesma família e proprietários de barracas distintas, que comercializam Sobá. Eles concorrem entre si, mas como já observado anteriormente a grande maioria é fiel à “barraca de costume”. Há também um revezamento aos domingos na hora do almoço, algumas barracas abrem e outras não. Nestes dias os imigrantes costumam descansar, muitos gostam de pescar nos rios das cidades do interior, retrato da territorialização e integração à terra que escolheram para viver.

Meus primos também trabalham vendendo sobá. Eles tem uma barraca que foi do pai deles. Foram os primeiros a vender sobá em Campo Grande. A gente concorre, mas também se ajuda quando é preciso. Nos dias movimentados fica tudo cheio, só no domingo que agente reveza. Num domingo abrem uns e no outro eles descansam e quem não trabalhou trabalha. É bom para descansar também. Muitos vão pescar. A barraca aqui do lado é do meu primo ele tá lá no rio Aquidauana no pesqueiro com a família. (F. A.)

Outro aspecto importante observado nas falas de F. A. é o vínculo emocional construído com os clientes. Observou-se que existe o “*cliente fiel*” a determinada barraca, e que gosta de ser atendido pelo dono, seja brasileiro ou japonês, as relações de amizade foram tecidas no decorrer de muitos anos. Essas relações demonstram a integração do povo *okinawa* e de seus descendentes à cidade de Campo Grande, assim como a assimilação da cultura de origem oriental pelos campo-grandenses.

Toda hora alguém chama, tem conhecido da gente que só gosta de ser atendido por nós, chega a garçonete ele manda chamar agente. São clientes antigos, que vêm toda a semana, que traz a família. Muitos eu conheço desde quando a feira era na rua, eles traziam seus filhos pequenos para a feira, hoje quando agente vê até assusta, já tá tudo adulto. (F. A.)

Observou-se que as barracas situadas no lado direito da feira são de proprietários okinawanos ou de seus filhos, já as barracas do lado esquerdo são de brasileiros não descendentes, mas que comercializam também o sobá e o tradicional espetinho. Retrato da assimilação da cultura *utinanchu* pelos empreendedores *campo-grandenses* que viram no sobá e nos produtos vendidos ocasionalmente uma oportunidade de negócio.

Ocorre que, além de sobá o brasileiro também comercializa outros produtos na feira, que funcionam como espécies de complementos, como doces, compotas, pão, bolo, chocolates, produtos importados diversos, dentre outros. Porém o carro chefe é o comércio de sobá.

Não é somente japonês que vende sobá aqui, você não percebeu? É bem dividido, do lado direito tem barraca de brasileiro, que vende sobá também. Não sei se é igual. Tem outras coisas que é tipo um complemento que eles vendem. Vendem pão, doce, compota, pamonha, bolo, chocolate, sorvete. Tudo que eles puderem vender eles vendem aqui. E lá em cima tem os importados, tipo “camelô”, né? (F. A.)

O prato popularizado e vendido na feira é produzido pelos familiares na própria barraca conforme relata F. A.:

Antes a gente fazia o macarrão, mas dá muito trabalho. Agora é tudo terceirizado, daí preparamos a carne e o molho. Todo mundo ajuda. Às vezes eu faço o molho e às vezes a obassan que faz. Aqui é a Dona Luíza. Ela tem 74 anos. (Imagen 12)



Imagen 12 - Obassan com 74 anos, 2012
Fonte: Arquivo da pesquisadora (2011).

Segundo F. A., ela ajuda a divulgar a tradição, para ele é um elemento representativo de sua cultura e tradição e afirma que o sobá “abriu portas” para seu povo, para a conquista do novo território, da confiança e do respeito dos campo-grandenses relata:

Ah, o sobá é sim de *Okinawa*, ele é igual de lá, assim as pessoas aqui conhecem a gente, justamente porque vendemos sobá, sabem que o sobá é feito aqui na feira e que é comida de japonês. Eles comem bastante. Hoje a gente vende cerca de 20 kg de sobá por dia. As pessoas vêm, traz a família e os amigos para comer também. E tem gente que vêm toda a semana. (F. A.)

A senhora N. S., 57 anos (Imagen 13), nasceu em *Okinawa* e veio quando criança para o Brasil com sua família, direto para a cidade de Campo Grande. Ela trabalha há 30 anos comercializando Sobá. Junto com seu esposo possuem uma barraca na feira central. A feirante relata particularidades e um pouco

da história de sua família, desde a chegada no Brasil para trabalhar nas lavouras até o início da venda do sobá em Campo Grande.



Imagen 13 - Senhora N. S. no preparo do sobá, 2012
Fonte: Arquivo da pesquisadora (2011).

Fator comum entre os imigrantes japoneses da ilha de *Okinawa*, vieram em busca de melhores condições de vida, rechaçados pela guerra e com o sonho de enriquecer e voltar para a ilha. Não foi diferente com a senhora N. S., que imigrou muito jovem para o Brasil na companhia de seus pais que se instalaram nas chácaras aos arredores de Campo Grande-MS.

Eu vim com minha família pra cá para trabalhar, no início em 1954. Morava na chácara Mata do Segredo. Lá a gente plantava legumes e verduras e vendia no mercadão municipal, lá perto da rua 26 de agosto. Depois, quando começou a feira, fomos vender lá também. (N. S.).

A rotina diária dos imigrantes okinawanos era de muito trabalho, na lida no campo e depois no comércio no Mercado Municipal e nas feiras. Muitos saíam de

madrugada para chegar à cidade antes do amanhecer. Ao chegar providenciavam a montagem das barracas e distribuíam os produtos para a venda na primeira hora do dia.

3.2.3 Marca da integração cultural uchinanchu-brasileira pelo sobá no espaço da Feira Central de Campo Grande

O sobá transformou-se no principal elemento de integração e mesmo de hibridação cultural, quando se observam as adaptações sofridas no processo interativo *uchinanchu* e brasileiro.

O monumento da tigela de Sobá, inaugurado na sexta edição do Festival do Sobá, logo na entrada da Feira Central, sinaliza a grande capacidade deste alimento de reunir pessoas de etnias e culturas diversas para o consumo deste prato. Ele é a revelação simbólica materializada no espaço em forma de monumento, que identifica a Feira Central, um espaço considerado de todos em Campo Grande (Imagem 14).

Os eventos da cultura *Okinawa* tem sido outra forma de integração no tempo, como acontecimentos programados. Desde 2006, na feira central emergiu o Festival do Sobá, com apoio de instituições locais e que aglutina um grande número de pessoas. Realizado normalmente no mês de agosto, reúne milhares de pessoas para degustarem o Sobá e outras comidas típicas. Possui em sua programação apresentações de danças tradicionais japonesas, exposições, shows, dentre outras atrações oferecidas ao público campo-grandense. Cerca de 200 mil pessoas comparecem ao festival conforme divulgado na imprensa através de jornal e na internet. Fazem parte desse evento as danças japonesas e o concurso “o comilão de Sobá” (Imagem 15). Em artigos publicados em jornais da cidade e na Internet não é raro, deparar-se com afirmações de que o Sobá é hoje uma iguaria e uma “mania” do campo-grandense e considerado um dos “símbolos culturais” da cidade.

Associam-se a esse simbolismo a memória de pessoas que protagonizaram esse processo integrativo. Na década de 1980 a filha do senhor Tsiyoshin e Takako Katsuren Guenka, tem sido reconhecida como símbolo do Sobá em Campo Grande, considerada personalidade importante na cidade e no mundo, sendo chamada de “Obasan do Sobá” (KUBOTA, 2008).



Imagen 14 - Monumento: Tigela de Sobá
Fonte: <http://likaferencz.blogspot.com.br>



Imagen 15 - Divulgação do Festival do Sobá
Fonte: Arquivo da pesquisadora (2011).

A institucionalização pela instância Municipal do sobá como elemento de identidade da cultura do território de Campo Grande se deu em 18 de julho de 2006, Desse modo, na dimensão jurídica esta integração/ hibridação na cultura foi

institucionalizada como o primeiro bem imaterial do Patrimônio Histórico e Cultural do Município.

O sobá não é apenas uma comida típica do povo de *Okinawa*. É também a expressão de uma cultura cheia de simbolismos e significados. Segundo estudiosos, os tipos de alimentos, as formas de preparo e os rituais pertinentes a cada refeição refletem a visão de mundo dos diversos povos.

Um outro aspecto da cultura alimentar refere-se aquilo que dá sentido às escolhas e aos hábitos alimentares: as identidades sociais. Sejam as escolhas modernas ou tradicionais, o comportamento relativo à comida liga-se diretamente ao sentido que conferimos a nós mesmos e à nossa identidade social. Desse modo, práticas alimentares revelam a cultura em que cada um está inserido, visto que comidas são associadas a povos em particular. No Brasil, por exemplo, o arroz e o feijão são traços de nossa identidade nacional, pois são consumidos diariamente, de norte a sul do país, por milhões de brasileiros. No plano regional, há alimentos que funcionam como demarcadores identitários regionais, ou seja, pratos que estão associados à sua região de origem: o churrasco gaúcho, o vatapá e o acarajé baianos, o pão-de-queijo mineiro, entre outros (BRAGA, 2004, p. 39).

A julgar pela ideia da comida como, além de demarcador de um universo simbólico, também um demarcador identitário, o sobá aparece, na experiência de Campo Grande, como demarcador de uma identidade que vai se definindo como síntese de vários processos de negociação. O sobá além de um prato típico da cultura de *Okinawa* é também, no contexto histórico da cidade de Campo Grande, símbolo da integração de culturas, costumes, hábitos e conhecimentos tradicionais.

O território representa o cenário onde esses fatos acontecem e a territorialização a ocupação do espaço pelos imigrantes japoneses. Trata-se de uma construção social, cultural e econômica, onde as relações de troca entre os atores dão origem uma identidade multicultural. Ocorre uma re-significação dos símbolos e das tradições, não que haja uma quebra, mas sim uma adaptação para um novo contexto, uma nova realidade. Conforme define Little (2002, p. 3) “[...] o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’ ou homeland”.

3.2.4 Marcas da integração cultural *uchinanchu-brasileira* que ultrapassam o espaço da Feira

Verifica-se, por outras materialidades inscritas na realidade concreta de Campo Grande, que as marcas da integração cultural *uchinanchu-brasileira* já ultrapassam o espaço da Feira. A presença de monumentos culturais e nomes de personalidades vinculados à presença *Okinawa* denotam a integração e aceitação do imigrante *Okinawa* como integrante do território de Campo Grande.

Os símbolos da imigração japonesa, de modo geral, também estão presentes em vários pontos da cidade. É o caso, por exemplo, do Monumento feito em homenagem aos 70 anos da Imigração Japonesa, construído pelo artista Choji Oykawa, localizado no centro da cidade, na Praça da República (Imagen 16).



Imagen 16 - Monumento em Homenagem aos 70 anos
da Imigração Japonesa, 2011
Fonte: Arquivo da pesquisadora (2011).

Outro exemplo emblemático é a Praça Comendador Oshiro Takemori, por sua característica híbrida. Apesar de nela se homenagear um dos presidentes da Associação *Okinawa* de Campo Grande, o conteúdo prestigia outra etnia. Nessa

praça funciona um mercado protagonizado por populações indígenas da etnia terena (Imagen 17).



Imagen 17 - Praça Comendador Oshiro Takemori

Fonte: Arquivo da pesquisadora (2011).

Os monumentos apresentam a coleção de heróis, cenas e objetos fundadores. São colocados numa praça, num território público que não é de ninguém em particular, mas de “todos”, de um conjunto social claramente delimitado, os que habitam o bairro, a cidade ou a nação. O território da praça ou do museu torna-se cerimonial pelo fato de conter os símbolos da identidade, objetos e lembranças dos melhores heróis e batalhas, algo que já não existe, mas que é resguardado porque alude à origem e à essência. Ali conserva o modelo da identidade, a versão autêntica. (CANCLINI, 2000, p. 191).

Apesar da grande diferença cultural, a população japonesa utinanchu territorializou-se, mantendo seus costumes, re-significando suas tradições e apropriando-se dos saberes locais de forma a fazer de Campo Grande um “pedacinho” de *Okinawa* no Brasil, um novo território para se viver.

Se outros símbolos da cultura *uchinanchu* já foram incorporados e re-significados por meio de trocas nos diferentes espaços do Município de Campo Grande-MS. Certamente, o Sobá prato típico da culinária de *Okinawa*, foi o elemento utinanchu mais emblemático.

Para Raffestin (1993), as interações - de natureza política, econômica, social e cultura - quando construídas socialmente vão imprimindo no espaço um

sistema de malhas, nós e redes que, de algum modo, expressam o território em construção, sua territorialização. E a territorialidade resultante vai refletir a multidimensionalidade do cotidiano vivido pelos membros da coletividade e pela sociedade em geral.

A todo o momento novas culturas surgem, se misturam e são reconfiguradas ou re-significadas a partir de relações multi-étnicas em um determinado território. A apropriação de novos costumes, de novos signos e ritos formam um emaranhado cultural que fortalecem relações e promovem a articulação entre os grupos.

De acordo com nossa perspectiva, a territorialidade assume um valor bem particular, pois reflete o multidimensionamento do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral. Os homens vivem ao mesmo tempo o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas. (RAFFESTIN, 1980, p. 158)

A construção do território é baseada nas experiências vivenciadas por uma coletividade e nas relações de poder que estabelecem as regras de organização e conduta em um espaço demarcado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez desenvolvido o tema proposto com apoio de dados coletados e interpretados à luz do referencial teórico selecionado, o esforço aqui foi o de tecer as considerações finais a respeito do que se pôde extrair de essencial em relação às duas questões iniciais que nortearam toda pesquisa.

Uma dessas questões relacionou-se à especificidade com que se deu a territorialização dos imigrantes de *Okinawa* em Campo Grande. Como foi possível apreciar, no contexto em que se deu esse processo migratório, as condições foram adversas tanto no território de origem como no território de destino, exigindo de seus integrantes mecanismos constantes de sobrevivência.

A cultura utinanchu de natureza aberta e negociadora e, além disso, solidária entre si, teve peso significativo nas relações que passaram a ser tecidas dos próprios imigrantes entre si e desses com os integrantes do local de destino. Ser utinanchu é como eles dizem “um estado de espírito” onde um representa a todos e todos trabalham em prol da comunidade. Esse espírito de coletividade e cooperação, ao que se pôde observar, teve peso na manutenção das tradições, dos costumes, das crenças, do trabalho conjunto e do bem comum.

Em meio a tanta adversidade, o povo utinanchu detectou em Campo Grande a nova oportunidade de vida, de trabalho e de manutenção de sua identidade e cultura, pôde-se averiguar uma cultura amistosa e aberta a acordos para resolver interesses específicos. Nos momentos necessários os imigrantes sempre se mostraram habilidosos e estratégicos na solução de diferenças étnico-culturais, abrindo-se aos interesses do outro. A territorialização deu-se num processo constante de negociação e de mecanismos táticos de luta organizada e silenciosa diante das adversidades e ativa diante de oportunidades. Nesse aspecto, a franca urbanização de Campo Grande, especialmente após a Primeira Guerra, contribuiu na demanda por seus produtos e favoreceu sua comercialização nas ruas, primeiro na carroça e depois na feira. Todas essas oportunidades foram estrategicamente aproveitadas, mediante mecanismos políticos e redefinição de esquemas de controle, associada a uma reelaboração da cultura. A integração do

povo utinanchu ao território de Campo Grande e a assimilação da cultura local foi um processo lento, porém progressivo.

No que tange à segunda questão da pesquisa, pôde-se considerar que o sobá entrou como elemento de negociação no contexto da Feira Central, quando foi percebido como oportunidade de negócio. A arte de negociar herdada dos antepassados, navegadores e comerciantes de especiarias se refletiu pela expressão “vende-se o que o freguês pede”. No entanto, a incorporação do sobá da cultura utinanchu, pelos moradores de Campo Grande veio se dando numa troca material e simbólica destes com os imigrantes de *Okinawa*, no cotidiano vivido. A feira foi o contexto específico, como um dos espaços da cidade, que favoreceu as trocas e, consequentemente o processo de distinção e, ao mesmo tempo, o elo entre essas duas culturas. Nesse processo negociador, o sobá, como prato típico da culinária *Okinawa* foi sofrendo alterações, ao ser incorporado no contexto socioeconômico e cultural da cidade, com características específicas do lugar. Ainda que seu preparo fosse sendo ajustado gradativamente ao gosto local e mesmo transformado, esse não se desconectou da cultura *okinawa*. A ressignificação dos símbolos e das tradições, portanto, não produziu quebras, e sim combinações interculturais. Nessa hibridação, duas culturas se misturaram e se reconfiguraram, num fenômeno sistêmico de ação e reação. A tendência tem sido a de se avançar para uma circularidade cultural, na medida em que novos elementos da cultura utinanchu passam a ser incorporados no espaço da feira e fora dela. Em alguns momentos, isso tem significado retornar à cultura de origem para buscar novos elementos identitários para fortalecê-la. O consumo do sobá é um bom indicador do alcance dessa cultura milenar dentro do território da feira central e das sobarias da cidade. O festival do sobá, festa tradicional do calendário municipal, ilustra o enraizamento da cultura e as relações com o cotidiano dos campograndenses.

Neste contexto, o sobá acabou sendo transformado em recurso capaz de fomentar negócios lucrativos a algumas famílias de *Okinawa* e mesmo não *okinawa* dentro da Feira Central, nesse caso, associado a outros pratos orientais e mesmo locais agregando sua venda a pratos tradicionais como o espetinho de carne bovina com mandioca. Mais que isso, o sobá se transformou no elemento cultural mais significativo da socialidade e das trocas realizadas entre os *okinawas* e descendentes com não *okinawas*.

Num outro viés o imigrante *okinawa* expressa um sentimento de pertença em relação a cidade de Campo Grande, cujos laços afetivos e representações foi construindo silenciosamente no cotidiano vivido em seus diferentes espaços. As práticas realizadas neste espaço denominado Feira Central e a interação social somado as construções geográficas, contribuem para a construção permanente das territorialidades e dos territórios e a formação de estruturas objetivas.

A cultura, por meio do conhecimento, solidariedade, identidade e abertura ao outro, como se pôde depreender, tem sido para os imigrantes *okinawas* e seus descendentes os principais recursos de seu desenvolvimento. Estes, ao serem estrategicamente potencializados como elementos de troca cultural no cotidiano vivido, num processo de protagonismo e criatividade, constituem sua principal fonte de poder transformador em prol da realização de suas utopias. Os contextos propiciam necessidade de mudança, mas as transformações em prol de cenários desejados de vida emergem do interior, por meio de processos específicos à cultura

Esse estudo suscita novas pesquisas no assunto. Foi possível identificar que várias das sobrias já conseguiram fidelizar seus próprios consumidores e vêm fomentando uma rede de fornecedores de matéria-prima (macarrão específico do sobá), como emergiu um conjunto de sobrias fora da Feira. Outro tema importante de pesquisa seria as condições de sustentabilidade relacionadas ao negócio.

Apesar das transformações sofridas em sua origem, o Sobá é constituído da identidade étnica dos descendentes de *okinawas*, simbolizando o elo entre o passado de sofrimento dos imigrantes e a esperança de dias de prosperidade e fartura, o grande sonho daqueles que se aventuraram até a cidade de Campo Grande.

REFERÊNCIAS

ARCA. Revista do Arquivo Histórico de Campo Grande. A Ferrovia Noroeste do Brasil: colonização japonesa e alemã. n. 2, Campo Grande, 1991.

ÁVILA, Vicente Fideles et al. **Formação educacional em desenvolvimento local:** relato de estudo em grupo e análise de conceitos. 2. ed. Campo Grande, MS: UCDB, 2001.

BECKER, Markus C.; KNUDSEN, Thorbjorn (2002). Schumpeter 1911: farsighted visions on economic development. **American Journal of Economics and Sociology**, v. 61, n. 2, p. 387-403, April.

BOISIER, Sergio. **Desarrollo (Local): De Qué Estamos Hablando?** Documento comisionado por La Cámara de Comercio de Manizales, Colômbia. Santiago, 1999, 24 p.

BONNEMAISON, Joel; CAMBRÈZY, L. **Le lien territorial: entre frontières et identités. Géographies et Cultures**, Paris: L'Harmattan – CNRS, 20, 1996.

BONNEMAISON, Joel. (2002). Viagem em Torno do Território. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAL, Zeny (orgs.). **Geografia Cultural: um século (3)**. Rio de Janeiro: UERJ.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. **Hibridismo Cultural.** [Trad. Leila Souza Mendes]. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2006.

BRAGA, Vivian. Cultura alimentar: contribuições da antropologia da alimentação. **Saúde em Revista**, Piracicaba, v. 6, n. 13, p. 37-44, 2004.

BRASIL. Ministério de Relações Exteriores. Divisão de Atos Internacionais. **Tratado de Amizade, de Comércio e de Navegação:** firmado em Paris a 5 de novembro de 1895. Disponível em < www2.mre.gov.br/dai/b_japa_01_2881.htm >. Acesso em: 04 dez. 2010.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas**. São Paulo: Editora USP, 2001.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e Cidadãos**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

_____. **Consumidores e Cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. [Trad. Ephraim Ferreira Alves]. Petrópolis: Vozes, 1994.

COSTA, Rogério da. Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais e inteligência coletiva. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, v. 9, n. 17, p. 235-248, mar./ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v9n17/v9n17a03.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2011.

CUCHE, Denys. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. 2. Ed. Bauru: EDUSC, 2002.

CUNHA, Augusto Paulo. Comunidade, protagonismo local e gestão compartilhada: o papel dos agentes de desenvolvimento. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 11., 2006, Ciudad de Guatemala. **Anais...** Ciudad de Guatemala, 2006. Disponível em: <<http://www.clad.org.ve/fulltext/0055502.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2009.

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Felix. **MilPlatôs**: capitalismo e esquizofrenia. V. 5. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

DIÁRIO DA SERRA, Campo Grande, MS, 26 de março de 1987. Acervo do Arquivo Municipal de Campo Grande.

DI MEO, Guy. Geographies tranquilles du quotidien. **Cadernos de Geografia Quebec** n. 118, v. 43, p. 75-93, abr. 1999.

GARCEZ, Cristiane M. D. Sistemas locais de inovação na economia do aprendizado: uma abordagem conceitual. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 351-366, dez. 2000.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAL, Zeny (Orgs.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR**. V. 3. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001a.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: 2005.

IBGE. População estimada 2007 em 01.07.2007. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 25 jun. 2011.

ITOKAZU, Newton. As razões da emigração dos okinawanos. In: **Imigração Okinawana no Brasil**. Yssamu Yamashiro (org.). São Paulo: Associação Okinawa Kenjin do Brasil, 2000. p. 33-55.

ITOKAZU, Newton. O Surgimento de uma nova comunidade Nikkey. In: **Imigração Okinawana no Brasil**. Yssamu Yamashiro (Org.). São Paulo: Associação Okinawa Kenjin do Brasil, 2000. p.

JARA, Carlos Júlio. **A sustentabilidade do desenvolvimento local**. Brasília: IICA; Recife: SEPLAN/PE, 1998. Disponível em: <<http://www.permear.org.br/infoteca/desenvolvimento-local/>>. Acesso em: 23 jan. 2011.

JOHNSON, Björn; LUNDVALL, Bengt-Ake. Sistemas nacionales de innovación y aprendizaje institucional. **Revista Comercio Exterior**, v. 44, n. 8, México, D.F.: BANCOMEXT, 1994.

JORNAL NIPPO BRASIL. **História e Cultura Japonesa**. Disponível em www.nippobrasil.com.br. Acesso em: 04/12/10.

KUBOTA, Nádia Fujiko Luna. **Bon Odori e Sobá**: as obasan na transmissão das tradições. Marília, SP, 2008.

_____. Manutenção das tradições na família japonesa em Campo Grande - MS. In: **REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**. Brasília: Editora CSEM, Ano XVI, n. 30. 2008.

KANASHIRO, Yukihide. Adaptação dos imigrantes à nova terra. In: Yssamu Yamashiro (org.). **Imigração Okinawana no Brasil**. São Paulo: Associação Okinawa Kenjin do Brasil, 2000.

LASTRES, Helena M.M.; FERRAZ, João C. Economia da informação, do conhecimento e do aprendizado. In: LASTRES, Helena M. M.; ALBAGLI, Sarita (Org.). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: Um Conceito Antropológico. 15. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

LE BOURLEGAT, Cleonice A. et al. **Análise do mapeamento e das políticas para arranjos produtivos locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil**: relatório final: síntese dos resultados, conclusões e recomendações: Mato Grosso do Sul. Rio de Janeiro: FEPSE/BNDES, 2010. Disponível em: <<http://www.politicaapls.redesist.ie.ufrj.br>>. Acesso em: 25 jan. 2011.

_____. Ordem local como força interna de desenvolvimento. **Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Campo Grande: UCDB, v. 1, n. 1, p. 13-20, set. 2000.

LEMOS, Haroldo M.; BARROS, Ricardo L. P. **O desenvolvimento sustentável na prática**. Rio de Janeiro: Comitê Brasileiro das Nações Unidas para o Meio Ambiente, 2007.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Introduction à l'oeuvre de Marcel Mauss. In: MAUSS, Marcel. **Sociologie et Antropologie**. Paris: PUFF, 1950.

LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília, 2002. (Série Antropologia, 322 p.)

LUNDVALL, B. A. Innovation as an interactive process: from user-producer interaction to the national system of innovation. In: DOSI, G. Et al. (Ed.). **Technical change an economy theory**. Londoin and New York: Pinter Publishers, 1988.

MARANDOLA JR. **Habitar em risco**: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana. 2008b. 278f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2008

MAFFESSOLI, M. **No fundo das aparências**. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **Elogio da razão sensível**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

MARQUES, Heitor Romero Marques *et al.* **Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico.** 3. ed. Campo Grande: UCDB, 2008.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia:** tratado introdutório. São Paulo: Abril, 1982.

MARTINELLI, Maria L. **Pesquisa qualitativa:** um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, Etnia e Estrutura Social.** São Paulo: Pioneira, 1976.

OLIVEIRA, João. Uma Etnologia dos 'Índios Misturados?' - situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana – Estudos de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

PECQUEUR, Bernard. **O desenvolvimento local para uma economia dos territórios.** Paris, 2000.

PLANURB, Uma Proposta para a Feira Livre Central. Campo Grande, PLANURB, 1987. Acervo do arquivo da Secretaria de Planejamento Urbano de Campo Grande, MS.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** [Trad. Maria Cecília França]. São Paulo: Ática, 1993.

SACK, R. **Human territoriality:** its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAITO, Hiroshi. **O Japonês no Brasil:** Estudo de Mobilidade e Fixação. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 1961.

SAKIMA, Tatsuo. Breve história de Okinawa. In: Yssamu Yamashiro (org.). **Imigração Okinawana no Brasil.** São Paulo: Associação Okinawa Kenjin do Brasil, 2000.

SANTOS, Milton. **O Espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 1987.

_____. O dinheiro e o território. In: **Território, Territórios:** Ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. (Coleção espaço território e paisagem).

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

SOUSA, Adriano. A formação histórica do oeste paulista: alguns apontamentos sobre a introdução da imigração japonesa. **Geografia em Atos**, Presidente Prudente: UNESP, v. 1, n. 8, p. 31-38, 2008.

_____. A territorialização dos imigrantes japoneses na Alta Sorocabana. **Revista Formação**, n. 14, v. 2, p. 119-129, 2007.

SOUZA, Yoko Nitahara. **A comunidade *uchinanchu* na era da globalização**. Dissertação (Mestrado), UNB, Brasília, 2009.

VIEIRA, Carlos Magno Naglis et Al. A identidade dos alunos da Escola Visconde de Cairu: primeiras impressões. In: **Simpósio Brasil-Japão 2010**. Campo Grande, 8-12 de outubro de 2010. Disponível em <<http://www.japao.org.br/simposio2010/trabalhos-aprovados>> Acesso em: 17 abr. 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. O senhor(a) nasceu em Okinawa ou no Brasil?
2. Como foi a chegada ao Brasil de sua família?
2. Quando o senhor (a) iniciou o comércio de sobá na feira central?
3. Trata-se de um empreendimento familiar ou foi ideia própria?
4. Quais pratos além do sobá são servidos aos clientes?
5. Qual o prato mais consumido?
6. Quem prepara o sobá?
7. Em sua opinião o sobá é um prato símbolo da feira e que atrai clientes para a sobaria?
8. O sobá servido em Campo Grande é o mesmo servido em Okinawa? Houve mudanças?
9. O sobá contribuiu para a adaptação de seu povo em Campo Grande?
10. Em sua opinião, o sobá pode ter contribuído para a integração cultural entre Okinawanos e Campo-grandenses?

APÊNDICE B – IMAGENS ASSOCIAÇÃO OKINAWA KENJIN DO BRASIL



Apresentação de músicas típicas

Fonte: Acervo AOKB (2011)



Jornais diários de Okinawa

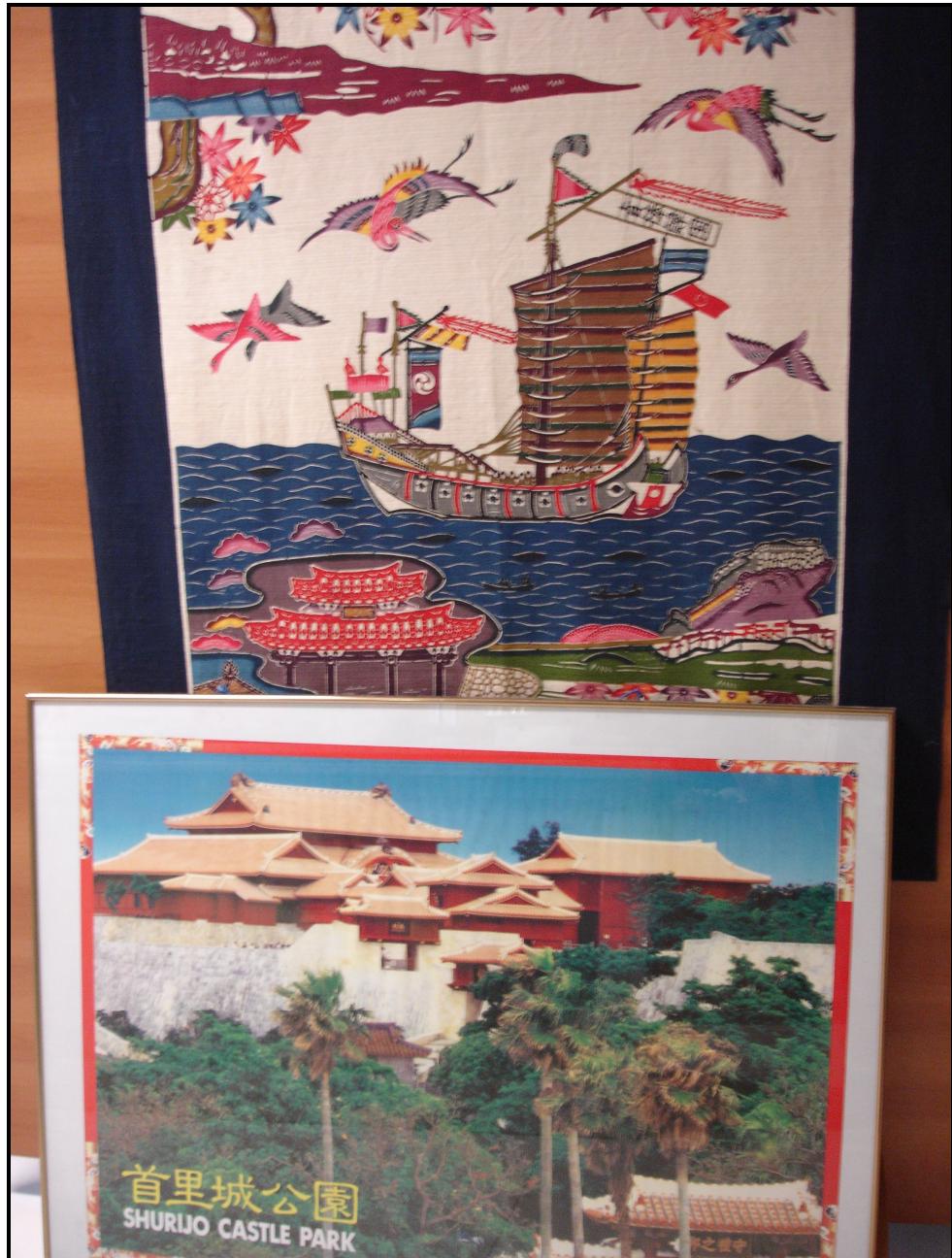
Fonte: Acervo AOKB (2011)



Pinturas de Okinawa
Fonte: Acervo AOKB (2011)



Pinturas de Okinawa
Fonte: Acervo AOKB (2011)



Pinturas de Okinawa
Fonte: Acervo AOKB (2011)



Mural AOKB (2011) – Periódico Okinawa
Fonte: Acervo AOKB (2011)

APÊNDICE C – IMAGENS DA FEIRA CENTRAL



Barraca de frutas e verduras – Feira Central
Fonte: Acervo da pesquisadora (2011)



Barraca de Sobá - Feira Central
Fonte: Acervo da pesquisadora (2011)



Barraca de Sobá - Feira Central
Fonte: Acervo da pesquisadora (2011)



Barraca de Sobá - Feira Central
Fonte: Acervo da pesquisadora (2011)